

2016



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

NOTA INTRODUTÓRIA | AUTOAVALIAÇÃO | EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES |
RECURSOS | PERSPETIVA DE GÉNERO | MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA | ANEXOS

Ficha Técnica

Título

Relatório de Atividades do GPEARi - 2016

Data de finalização

29 de maio de 2017

Endereço

Gabinete de Planeamento, Estratégia e Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Avenida Infante D. Henrique nº1 C – 1º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 218 823 396

Fax: +351 218 823 399

URL: <http://www.gpearि.min-financas.pt>

ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA	1
1.1. MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL	1
1.2. DESTAQUES DA ATIVIDADE	3
2. O GPEARI	11
2.1. MISSÃO, VISÃO, VALORES.....	11
2.2. ATRIBUIÇÕES	12
2.3. ESTRUTURA ORGÂNICA.....	14
2.4. PRINCIPAIS CLIENTES E SERVIÇOS	15
3. AUTOAVALIAÇÃO	17
3.1. QUAR 2016 – ANÁLISE DOS RESULTADOS E DESVIOS	17
3.2. PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA ATIVIDADE EM 2016	35
3.3. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS DE REFORÇO DO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL	36
3.4. AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES NA AUTOAVALIAÇÃO DO SERVIÇO	38
3.5. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	40
3.6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2016	41
3.7. RECURSOS HUMANOS	43
3.8. RECURSOS FINANCEIROS	46
3.9. MENÇÃO PROPOSTA RESULTANTE DA AUTOAVALIAÇÃO	49
4. PERSPETIVA DE GÉNERO	50
5. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	51
6. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	52
ANEXOS.....	53
A1. LISTA DE ACRÓNIMOS	54
A2. RESULTADOS SINTÉTICOS DOS QUESTIONÁRIOS DE SATISFAÇÃO – UTILIZADORES, GABINETES E COLABORADORES.....	56
A3. EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES POR UNIDADE ORGÂNICA.....	58
DAEP DEPARTAMENTO DE ANÁLISE, ESTUDOS E PREVISÃO.....	58
DPFP DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E FINANÇAS PÚBLICAS.....	60
DMSPL DEPARTAMENTO DE MERCADOS, SERVIÇOS E POLÍTICA LEGISLATIVA	62
DPE DEPARTAMENTO DE POLÍTICA EUROPEIA.....	64
DCRI DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	66
DADO DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	68
TASK FORCE PPS-PPM EQUIPA DE ACOMPANHAMENTO DO PPS-PPM	70
A4. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	72
A5. BALANÇO SOCIAL - QUADRO SÍNTESE DE INDICADORES	73
A6. MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2016	74

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1. TAXA DE EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS INTEGRADOS DE COOPERAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	25
QUADRO 2. N.º DE PUBLICAÇÕES E RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS	28
QUADRO 3. MAPA DE PESSOAL PARA 2016 – LUGARES PREVISTOS E OCUPADOS	43
QUADRO 4. RECURSOS FINANCEIROS EM 2016	46
QUADRO 5. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO GPEARI	48
QUADRO 6. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ANÁLISE, ESTUDOS E PREVISÃO	58
QUADRO 7. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E FINANÇAS PÚBLICAS	60
QUADRO 8. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MERCADOS, SERVIÇOS E POLÍTICA LEGISLATIVA	62
QUADRO 9. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICA ECONÓMICA	64
QUADRO 10. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	66
QUADRO 11. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	68
QUADRO 12. ATIVIDADES NO ÂMBITO DA TASK FORCE PPS-PPM	70

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1. ESTRUTURA ORGÂNICA DO GPEARI EM 2016	14
FIGURA 2. UTILIZADORES E INTERLOCUTORES DO GPEARI	15
FIGURA 3. QUAR 2016	18
FIGURA 4. OBJETIVOS, INDICADORES E TAXA DE EXECUÇÃO DO PA	41

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. TAXAS DE REALIZAÇÃO DOS PARÂMETROS E OBJETIVOS DO QUAR 2016.....	17
GRÁFICO 2. SATISFAÇÃO MÉDIA GLOBAL DOS GABINETES DO MF	30
GRÁFICO 3. SATISFAÇÃO MÉDIA GLOBAL DOS UTILIZADORES.....	32
GRÁFICO 4. COMPARAÇÃO DO GPEARI COM OUTROS ORGANISMOS PÚBLICOS	33
GRÁFICO 5. IMPACTO DO SERVIÇO/INFORMAÇÃO PRESTADA PELO GPEARI NO TRABALHO DOS OUTROS ORGANISMOS	33
GRÁFICO 6. SATISFAÇÃO MÉDIA GLOBAL DOS COLABORADORES	38
GRÁFICO 7. EVOLUÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO GPEARI.....	44
GRÁFICO 8. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO GPEARI – FUNCIONAMENTO GERAL POR RUBRICAS.....	47
GRÁFICO 9. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO GPEARI – FUNCIONAMENTO COOPERAÇÃO POR RUBRICAS	47
GRÁFICO 10. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRIGIDO E EXECUTADO DO GPEARI.....	48

1. NOTA INTRODUTÓRIA

1.1. MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

O GPEARI tem vindo ao longo dos últimos anos a alargar o âmbito da sua atuação, sendo a sua atividade determinada pelas dinâmicas do contexto económico do país e da União Europeia, o que se tem traduzido em crescentes exigências no que respeita às solicitações que lhe são dirigidas. Este crescimento de atribuições tem vindo a ser garantido num cenário de fortes restrições orçamentais, de racionalização de recursos e de uma manifesta insuficiência de recursos humanos.

Principais conteúdos dos destaques da atividade do GPEARI em 2016:

- Organização da 1.ª conferência anual do Fórum Global para a Produtividade da OCDE
- Organização e coordenação nacional de três missões técnicas a Portugal do FMI, Comissão Europeia e BCE no âmbito da vigilância Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro
- Consolidação das competências analíticas na área da quantificação do impacto macroeconómico das reformas estruturais
- 1ª edição da Conferência Anual do GPEARI-MF sobre Reformas Estruturais
- Elaboração de dois Orçamentos do Estado (2016 e 2017) e um Programa de Estabilidade
- Procedimento por Défices Excessivos
- Aprofundamento da União Económica e Monetária
- Projetos da União Bancária (UB) e da União dos Mercados de Capitais (UMC)
- Participação na Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo
- Governação das instituições financeiras internacionais (IFI)
- Promoção da internacionalização das empresas e consultores nacionais e do financiamento da economia portuguesa
- Acordos de Cooperação Cambial com Cabo Verde e de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe
- Implementação do Programa Integrado de Parceria e Assistência Técnica na área das Finanças Públicas com Timor-Leste

Foram ainda desenvolvidos esforços no sentido de reforçar a cultura organizacional e os mecanismos colaborativos de partilha e transferência de conhecimento no plano interno,

nomeadamente por via da organização e divulgação de seminários técnicos e da implementação de diversas iniciativas promotoras da eficiência na gestão dos recursos materiais e humanos e da promoção da imagem externa do GPEARi.

O Diretor-Geral

Álvaro Matias

1.2. DESTAQUES DA ATIVIDADE

Num ano de importantes desafios para o GPEARI, no contexto da assunção de novas atribuições e ainda sem o reforço necessário de recursos humanos, destacamos aqui as principais atividades desenvolvidas, chamando a atenção para as que não estavam previstas no âmbito do planeamento anual, cuja prossecução exigiu um esforço acrescido por parte de todos os colaboradores do GPEARI.

Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal

No que concerne ao acompanhamento do período pós-Programa de Assistência Económica e Financeira, o GPEARI, enquanto entidade a quem está legalmente atribuída a coordenação deste processo, garantiu a permanente articulação com os diversos ministérios e entidades nacionais e a interlocução com as instituições internacionais, assegurando assim o cumprimento do *Agreement on Data Provision* firmado com aquelas instituições.

No decurso do ano realizaram-se três missões técnicas a Portugal, em janeiro, junho e dezembro, cuja organização e coordenação nacional foram igualmente asseguradas pelo GPEARI. A realização regular destas missões tem conduzido a uma política de economia de recursos por parte das instituições internacionais, fazendo coincidir diversas necessidades de supervisão multilateral. Neste sentido, fez-se coincidir a primeira missão PPS-PPM com a avaliação ao abrigo do Artigo IV por parte do Fundo Monetário Internacional, bem como a recolha de informação no quadro do semestre Europeu com a segunda missão por parte da Comissão Europeia.

Avaliação Macroeconómica de Reformas Estruturais

Durante o ano de 2016, o GPEARI consolidou as suas competências analíticas na área da quantificação do impacto macroeconómico das reformas estruturais, tendo desenvolvido duas estratégias de modelização: um modelo teórico de equilíbrio geral e um modelo econométrico de curto e longo-prazo. Com base nestes modelos, o GPEARI tem vindo a desenvolver intenso trabalho analítico, em estreita colaboração com especialistas de organismos internacionais, trabalho esse que culminou na publicação de vários artigos científicos nos últimos meses. Além disso, estes exercícios de quantificação são parte integrante do Programa Nacional de Reformas, publicado em Abril de 2016.

Como forma de divulgação do trabalho realizado e de promoção da troca de experiências internacionais, o GPEARI organizou, a 22 de Junho de 2016, a sua primeira Conferência Anual sobre Reformas Estruturais. Este evento contou com oradores do GPEARI, da academia, da Comissão Europeia, do Banco de Portugal, entre outros e permitiu uma discussão abrangente sobre os impactos económicos das reformas. Tendo

em conta o sucesso do evento, será organizada uma segunda edição em 2017, tornando-se este num evento bandeira do GPEARI.

Fórum Global para a Produtividade da OCDE

Tendo em conta a relevância estratégica das questões ligadas à produtividade para o nosso país, Portugal, representado pelo GPEARI, é membro fundador do Fórum Global para a Produtividade (FGP) da OCDE. Este fórum foi criado no final de 2015 com o objetivo de promover a cooperação internacional entre organismos públicos responsáveis por medidas de política que potenciem a produtividade. Através da colaboração entre entidades nacionais e supranacionais, o FGP pretende permitir a divulgação de experiências nacionais, promover a cooperação internacional a nível analítico e potenciar a partilha de informação.

Assim, a atuação do fórum permite aos governos nacionais perceber quais os fatores explicativos da atual tendência de abrandamento da produtividade que se tem vindo a generalizar aos vários países da OCDE, quais as medidas de política que potenciam aumentos de produtividade e de que forma podem os países desenhar, de forma eficiente e eficaz, instituições nacionais capazes de lidar com esta problemática.

Portugal – através da ação do GPEARI - tem sido um elemento muito interventivo no fórum, destacando-se a organização, em parceria com a OCDE, da primeira conferência oficial anual, focando-se nas reformas estruturais que potenciam o crescimento da produtividade. A conferência decorreu em Lisboa, nos dias 7 e 8 de julho de 2016 e mereceu rasgados elogios pela organização, conteúdos e principais resultados, tendo exigido do GPEARI um esforço adicional na preparação e dinamização do evento, evidenciando a capacidade de envolvimento e espírito colaborativo da equipa.

Estiveram presentes mais de 200 participantes de 45 países, incluindo representantes dos 17 membros do *Steering Group* do GFP, e 32 dos 35 países membros da OCDE. Entre os participantes nesta edição, importa destacar a presença de Sua Exa. o Ministro das Finanças, de Sua Exa. o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de Sua Exa. o Ministro da Economia, do Sr. Comissário da UE para a Investigação, Ciência e Inovação e do Sr. Secretário-Geral da OCDE. Marcaram ainda presença a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e a Organização Asiática de Produtividade. Portugal fez-se representar nos diferentes painéis, tanto no papel de orador como de moderador de sessões temáticas.

Os temas abordados na conferência primaram pela sua abrangência, destacando-se os seguintes: a) Difusão e efeitos de contágio da produtividade; b) Divergência nos níveis de produtividade e suas

consequências para as políticas de inclusão; c) A relação entre comércio, cadeias de valor global e produtividade; d) O papel das instituições; e) A produtividade do sector público.

As principais conclusões decorrentes da alargada discussão foram: i) os desafios de medição devem ser encarados e ultrapassados, de modo a satisfazer a necessidade de melhores evidências; ii) análise adicional é necessária para compreender se as tendências recentes de produtividade são cíclicas ou baseadas em elementos estruturais; iii) as implicações do declínio do crescimento da produtividade nos níveis de vida e no crescimento inclusivo evidenciam a necessidade de reformas estruturais adicionais, especialmente no sector dos serviços.

Além deste evento bandeira, o GPEARI participou no *workshop* organizado pelo fórum no Reino Unido e desenvolveu intenso trabalho analítico na área da produtividade, trabalho esse que será publicado, no primeiro semestre de 2017, na série de *papers* do fórum. Na sequência deste intenso envolvimento, a representante de Portugal foi eleita como co-chair do *steering group* do GFP.

Em 2017 estão já previstos dois eventos – a segunda conferência anual em Budapeste e o segundo *workshop* em Berlim. Além disso, o fórum continuará a apostar na intensificação da colaboração entre as diferentes entidades participantes, potenciando, desta forma, o trabalho desenvolvido pelo GPEARI nesta área.

Promoção da discussão de temas relevantes para a economia portuguesa

Além da organização da primeira edição da Conferência Anual sobre Reformas Estruturais, em Junho de 2016, e da primeira conferência anual do Fórum Global para a Produtividade, em Julho de 2016, o GPEARI tem vindo a apostar na dinamização de um ciclo de seminários sobre a economia Portuguesa, em colaboração com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia. Este evento, aberto a todos os interessados, pretende promover a discussão e a colaboração entre os quadros do GPEARI e outras entidades, nomeadamente a academia, outros ministérios, instituições internacionais, Banco de Portugal, etc.

Políticas e Finanças Públicas

O ano de 2016 foi marcado pela elaboração de dois Orçamentos do Estado (2016 e 2017) e um Programa de Estabilidade, exercícios sempre muito exigentes e complexos. Estes três documentos tiveram a particularidade de se terem desenvolvido num contexto de implementação de novas medidas de política orçamental, o que levou a um esforço acrescido. Paralelamente, houve um reforço do papel do GPEARI no

acompanhamento e prestação de informação de política orçamental aos gabinetes do Ministério das Finanças, que incluíram, entre outras, a elaboração de várias estimativas do défice orçamental para 2016.

Procedimento por Défices Excessivos de Portugal

A 12 de julho de 2016, o Conselho adotou uma decisão ao abrigo do artigo 126(8) do Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE), onde estabeleceu que Portugal não havia tomado medidas eficazes para a correção da sua situação de défice excessivo em 2015. Esta decisão representou um incremento do Procedimento por Défices Excessivos (PDE), preconizando, assim, uma possível aplicação de sanções no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento. A 8 de agosto, o Conselho deliberou cancelá-las e adotou uma decisão no âmbito do artigo 126(9) do TFUE em que estende o prazo para a saída do PDE até 2016, exortando Portugal a tomar as medidas necessárias. No quadro da nova Recomendação, as autoridades nacionais ficaram obrigadas a apresentar, por ocasião da entrega do projeto de plano de orçamento (“draft budgetary plan”), um relatório sobre as medidas adotadas em resposta à decisão e um programa de parceria económica. Em novembro, a Comissão concluiu que fora exercida ação efetiva, o que levou à suspensão do PDE e a que não fosse proposta qualquer suspensão dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento. O GPEARI apoiou tecnicamente a intervenção política ao longo de toda esta fase de discussão do procedimento.

Aprofundamento da União Económica e Monetária

No que se refere ao reforço da integração europeia, há a destacar a implementação de medidas constantes no relatório dos cinco Presidentes, o qual tem por objetivo o reforço da integração nas áreas económica, financeira, orçamental e política. De entre as iniciativas consideradas de aplicação imediata, destaca-se o fortalecimento da implementação do procedimento por desequilíbrios excessivos, com maior acompanhamento da situação dos estados-membros que apresentem desequilíbrios, independentemente da sua origem ou gravidade; a maior coordenação das políticas económicas nacionais, através da melhoria dos procedimentos do Semestre Europeu; o aprofundamento da União Bancária (ver ponto *infra*); e a adoção de uma recomendação relativa à criação dos Conselhos Nacionais da Produtividade, onde se convidam os estados-membros a constituir os referidos Conselhos até 20 de março de 2018. Estes Conselhos têm a incumbência de diagnosticar e analisar a evolução da produtividade e da competitividade em cada estado-membro, analisar de modo independente os desafios estratégicos no domínio da produtividade e da competitividade e ainda avaliar os efeitos das opções estratégicas nacionais. O GPEARI participou ativamente nos trabalhos técnicos relativos a todas estas

matérias. O debate sobre o aprofundamento da UEM deverá prosseguir no ano corrente com base no Livro Branco sobre o Futuro da Europa apresentado pela Comissão Europeia em março de 2017.

Serviços Financeiros – Negociações Europeias

Ainda no plano europeu, os trabalhos legislativos na área dos serviços financeiros continuaram a ser dominados pelos projetos da União Bancária (UB) e da União dos Mercados de Capitais (UMC). Destacase, em particular, a adoção pelo Conselho de um roteiro com vista à conclusão da UB, o prosseguimento da discussão em torno da proposta de Regulamento que estabelece o Sistema Europeu de Seguro de Depósitos (*European Deposit Insurance Scheme, EDIS*), o início dos trabalhos técnicos sobre o mecanismo de apoio comum ao Fundo Único de Resolução (FUR), normalmente designado por *common backstop*, e o início da discussão do pacote legislativo com vista à redução adicional de risco no setor bancário. Estes trabalhos irão continuar em 2017, estando o GPEARI empenhado em assegurar que estas iniciativas contribuem efetivamente para o aprofundamento da UB e da UMC, por forma a permitir aos agentes portugueses uma maior capacidade de captação de poupança a nível da UE.

Transposição e Aplicação da Legislação da UE

Os trabalhos de transposição para o ordenamento jurídico nacional dos diplomas legislativos aprovados ao nível da UE continuaram a ganhar importância, em particular na área dos serviços financeiros, atendendo ao elevado número de Diretivas aprovadas nos últimos anos. O GPEARI tem vindo a desempenhar um papel central neste âmbito da transposição de Diretivas, dando continuidade aos esforços desenvolvidos aquando da negociação das mesmas. Os trabalhos abrangem a preparação integral de anteprojetos legislativos – sendo de realçar, em 2016, a preparação do anteprojeto de transposição da Diretiva 2014/95/UE, relativa à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos –, bem como o apoio na análise de anteprojetos preparados pelos supervisores financeiros. Importa ainda referir que o GPEARI tem vindo progressivamente a aumentar o seu envolvimento nos restantes trabalhos de aplicação da legislação da UE (nomeadamente, no que diz respeito ao exercício das opções previstas nos Regulamentos) e nos trabalhos legislativos de iniciativa nacional. Estas atividades irão prosseguir em 2017.

Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

O combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo tem ganho cada vez maior importância no contexto das atividades desenvolvidas pelo GPEARI. Neste âmbito, é de assinalar a participação do GPEARI na Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo, que iniciou funções em fevereiro de 2016 e na qual está representado ao nível da Comissão (Plenária), do Comité Executivo e do Secretariado Técnico Permanente, tendo, ainda, participado no Grupo de Trabalho do Registo do Beneficiário Efetivo. Da participação na Comissão, podem-se destacar os contributos para os trabalhos de preparação da Avaliação Mútua de Portugal pelo GAFI, que se iniciou em setembro de 2016 e continua no ano de 2017, bem como para os trabalhos de transposição da quarta Diretiva europeia do branqueamento de capitais (Diretiva (UE) 2015/849).

As Instituições Financeiras Europeias e Internacionais (IFEI)

No que diz respeito à cooperação e relações internacionais, é importante destacar a participação do GPEARI, considerada dinâmica, na defesa dos interesses nacionais ao nível da governação das instituições financeiras internacionais (IFI), em linha com as políticas externa e de cooperação, assim como na promoção da internacionalização das empresas e consultores nacionais e do financiamento da economia portuguesa por via das IFEI.

Ao nível das políticas externa e de cooperação, são de destacar a implementação na ordem jurídica nacional do Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, que viria a permitir a concretização da adesão de Portugal a esta instituição a 8 de fevereiro de 2017, e o acompanhamento e conclusão dos processos de negociação da 12.^a reconstituição de recursos do Fundo Asiático de Desenvolvimento, da 14.^a reconstituição de recursos do Fundo Africano de Desenvolvimento e da 18.^a reconstituição de recursos da Associação Internacional de Desenvolvimento.

Na promoção da internacionalização das empresas e consultores nacionais, o reforço da cooperação com as IFI manifestou-se num esforço acrescido de *business development* junto dos primeiros. As atividades desenvolvidas neste âmbito pelo Grupo de Trabalho conjunto com a aicep Portugal Global atingiram níveis recorde, com um número de 47 ações (incluindo cinco publicações), abrangendo um total de 1.038 participantes e com um nível de satisfação médio de 82%. Como principais fatores de diferenciação em 2016, destacam-se um maior enfoque na capacitação das empresas, a participação de novas empresas no mercado das multilaterais, e a descentralização e diversificação da tipologia de ações.

Quanto ao financiamento da economia nacional, as aprovações do Banco Europeu de Investimento (BEI) e do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB) alcançaram níveis máximos desde 2011, com um total de M€1.566. São de destacar: (i) as primeiras aprovações do BEI no âmbito do Plano de Investimento Externo (PIE), num total anual de M€1.214, que colocam Portugal como segundo Estado-membro quanto ao financiamento na esfera das infraestruturas e inovação, em percentagem do PIB, bem como (ii) as aprovações do empréstimo de M€250 à Câmara Municipal de Lisboa para reabilitação urbana, também no âmbito do PIE, e o empréstimo de M€80 ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020) no âmbito do CEB.

Cooperação Técnica ao nível da gestão das finanças públicas

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido em anos anteriores, o GPEARI continuou empenhado no acompanhamento da implementação do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe – instrumentos estruturantes no quadro do relacionamento bilateral com os referidos países, que continuam a contribuir para a respetiva estabilização macroeconómica e para o fomento das suas relações económicas e financeiras com Portugal e com a União Europeia.

Em 2016, destaca-se também a implementação do Programa Integrado de Parceria e Assistência Técnica na área das Finanças Públicas com Timor-Leste, ao abrigo do qual foi concretizado o destacamento para Díli de cinco peritos portugueses para apoiarem a operacionalização da Reforma Fiscal em curso no país, designadamente nas áreas do IVA, sistemas de informação, auditoria das receitas domésticas e execuções fiscais.

Por outro lado, e tendo em conta que a criação de novos Programas Integrados de Assistência Técnica na área das Finanças Públicas esteve, uma vez mais, condicionada pelo exigente contexto orçamental, o GPEARI procurou manter o dinamismo da cooperação técnica com os vários PALOP e o apoio à implementação de reformas estruturais, o que se materializou na execução, em coordenação com as várias Direções-Gerais do Ministério das Finanças, de 13 ações de assistência técnica e formação, em diversos domínios (tributário, aduaneiro, orçamental, entre outros), algumas das quais financiadas por IFI.

Por último, importará referir que a promoção de uma política de cooperação estruturante com os países de língua portuguesa se concretizou também por via de ações no âmbito da CPLP. Para além da continuidade dos Programas de Assistência Técnica nas áreas Aduaneira e da Inspeção-Geral de Finanças, destaca-se a colaboração na organização e participação no I Fórum sobre Gestão da Dívida Pública, realizado em Luanda.

Relacionamento institucional com países estratégicos para Portugal

No âmbito da coordenação da atividade do Ministério das Finanças ao nível das relações internacionais, em 2016, o GPEARI manteve o seu empenho na preparação de conteúdos para diversos encontros de alto nível, desde Cimeiras, Comissões Mistas e Grupos de Trabalho Bilaterais até reuniões de Membros do Governo com representantes de países estratégicos para Portugal, na perspetiva de dar continuidade ao processo de internacionalização da economia portuguesa, entre outros aspetos relevantes. Neste domínio, merece destaque a preparação de reuniões com autoridades de países das mais diversas geografias, com destaque para: Angola, Arábia Saudita, Brasil, Cabo Verde, China, Costa do Marfim, Cuba, Egito, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos da América, Palestina, Timor-Leste e Venezuela.

(Re)Construção da Identidade Corporativa

Como resultado do diagnóstico interno relativamente à identidade corporativa do GPEARI percebeu-se que existiam dimensões nesta matéria que careciam de intervenção profunda e inadiável. Foi definido um projeto de intervenção que se objetivava na redefinição da imagem do GPEARI, bem como na modernização da página eletrónica e intranet e na normalização de procedimentos, em particular em matéria de comunicação interna e externa.

Assim, por manifesta impossibilidade orçamental não foi possível concretizar o projeto na sua plenitude, optando-se por uma reconfiguração dos objetivos e calendário, iniciando-se um processo de análise e redefinição no que diz respeito à comunicação externa, envolvendo uma avaliação a todo o manancial de publicações e gizando uma intervenção nos atuais meios de comunicação privilegiados – página eletrónica e *newsletter*. Foi ainda antecipado o processo de normalização de procedimentos, sendo este balizado com um novo objetivo de carácter transversal relativo à desmaterialização de processos.

Organização interna

A par das atividades correntes desenvolvidas no GPEARI, foi ainda necessário incorporar uma nova realidade decorrente do novo modelo de partilha de serviços, em vigor a partir de meio do ano. Este novo enquadramento exigiu do GPEARI um esforço de adaptação acrescido, um vez que tinha ajustado a equipa de recursos humanos, financeiros e patrimoniais em 2013, para fazer face a uma realidade que em 2016 foi invertida. O processo reorganizativo interno decorrente do abandono da centralização de serviços continuará durante o ano de 2017, principalmente no que respeita ao reforço de recursos humanos para poder responder com qualidade e responsabilidade às solicitações presentes neste novo modelo de serviços partilhados.

2. O GPEARI

2.1. MISSÃO, VISÃO, VALORES

Missão

- Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira; assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais; acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério

Visão

- Ser reconhecido como um ator de referência na criação de conhecimento para suporte à tomada de decisão
- Servir com inegável competência os interesses do Ministério das Finanças
- Ser um centro de excelência e de valorização de todos os colaboradores

Valores

- Criatividade e partilha do saber**, *promovendo a inovação e a capacidade técnica, criando condições para o sucesso do GPEARi*
- Excelência e profissionalismo**, *adotando uma cultura de autocrítica permanente, premiando e incentivando a competência e as boas práticas*
- Rigor e Integridade**, *garantindo a qualidade e a base científica da informação produzida e divulgada*
- Responsabilidade e sentido de dever**, *definindo como prioridade a promoção da imagem e dos interesses de Portugal*

2.2. ATRIBUIÇÕES¹

- Prestar apoio em matéria de definição e estruturação das políticas, prioridades e objetivos do Ministério das Finanças e contribuir para a conceção e execução da política legislativa do Ministério;
- Apoiar a definição das principais opções em matéria orçamental e assegurar a articulação entre os instrumentos de planeamento, de previsão orçamental, de reporte e de prestação de contas;
- Analisar o impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e elaborar projeções das principais variáveis macroeconómicas, tendo em vista a programação orçamental de médio prazo;
- Assegurar a elaboração do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano, em articulação com os departamentos competentes dos demais ministérios;
- Elaborar, difundir e apoiar a criação de instrumentos de planeamento, de programação financeira e de avaliação das políticas e programas do Ministério;
- Garantir a produção de informação adequada, designadamente estatística, no quadro do sistema estatístico nacional, nas áreas de intervenção do Ministério;
- Coordenar a atividade do MF no âmbito das relações internacionais e com a União Europeia, nomeadamente assegurando o relacionamento institucional com os países estratégicos para Portugal e com as instituições financeiras europeias e internacionais;
- Assegurar o desenvolvimento dos sistemas de avaliação dos serviços no âmbito do MF, coordenar e controlar a sua aplicação e exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas na lei sobre esta matéria;
- Proceder ao levantamento de diplomas que incidam sobre matérias da competência do Ministério que careçam de regulamentação;
- Coordenar a preparação de projetos de diplomas legislativos que adequem o direito

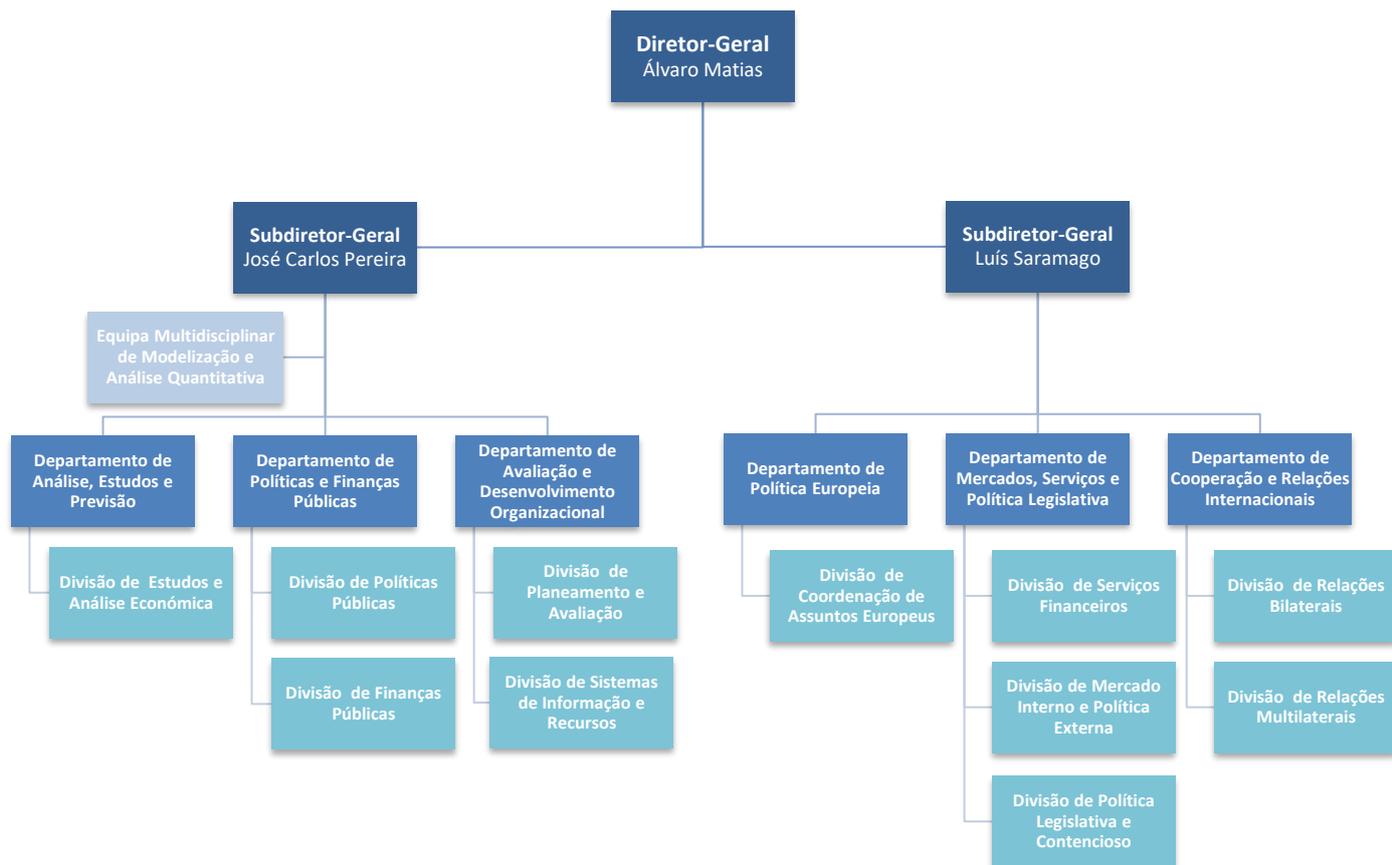
¹ Artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 48/2012, de 22 de agosto, em conjugação com o Decreto-Regulamentar n.º 3/2015, de 15 de abril.

nacional a instrumentos normativos da União Europeia, em matérias enquadradas nas áreas de atuação do MF, e submetê-los ao membro do Governo competente;

- Coordenar e assegurar o trabalho técnico necessário para dar cumprimento às obrigações que decorram dos procedimentos de governação económica a nível da União Europeia, em articulação com os ministérios, serviços e organismos envolvidos, em particular no que respeita ao Portugal 2020 – Programa Nacional de Reformas, ao Programa de Estabilidade, à Estratégia Europa 2020, à interação para a preparação e monitorização das recomendações específicas, por país, para Portugal e restantes procedimentos e mecanismos integrados no chamado Semestre Europeu, designadamente ao Esboço do Projeto Orçamental;
 - Assegurar e coordenar o processo de avaliação e quantificação do impacto macroeconómico das reformas estruturais decididas pelo Governo, envolvendo, se necessário, recursos externos devidamente habilitados e podendo contratar a prestação de serviços necessários para o efeito, com respeito pelas normas de contratação aplicáveis;
 - No contexto do acompanhamento da supervisão pós programa de ajustamento macroeconómico a efetuar pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo Fundo Monetário Internacional, compete ainda ao GPEARi servir como entidade técnica de ligação entre o Governo e os representantes destas instituições, centralizando a comunicação e a partilha de informação dos vários ministérios, serviços e organismos envolvidos e promovendo a cooperação e a comunicação entre eles, no âmbito de medidas transversais.
-

2.3. ESTRUTURA ORGÂNICA²

Figura 1. Estrutura Orgânica do GPEARI em 2016



² Durante 2015, a estrutura orgânica do GPEARI sofreu alterações, decorrentes das novas atribuições que lhe foram cometidas, de acordo com o Decreto-Regulamentar n.º 48/2012 de 22 de agosto, em conjugação com o Decreto-Regulamentar n.º 3/2015, de 15 de abril, a Portaria n.º 207/2015, de 15 de julho, o Despacho n.º 8792/2015, de 10 de agosto, o Despacho n.º 10569/2015, de 23 de setembro, o Despacho n.º 10570/2015, de 23 de setembro e o Despacho n.º 13452/2015, de 23 de novembro.

2.4. PRINCIPAIS CLIENTES E SERVIÇOS

O GPEARI é um serviço de apoio à governação do Ministério das Finanças, tendo como principal utilizador dos serviços prestados a equipa dos gabinetes governamentais. Refira-se que também os restantes organismos do MF são clientes/utilizadores dos serviços do GPEARI.

A par deste conjunto de *stakeholders* destacam-se ainda utilizadores e interlocutores externos, onde se incluem outros ministérios e serviços da Administração Pública, o Conselho das Finanças Públicas, a UTAO, organizações e instituições internacionais, tais como diversos serviços da Comissão Europeia, a OCDE, o FMI, o BCE, as Instituições Financeiras Internacionais, os Ministérios das Finanças de países terceiros, designadamente dos países da CPLP e várias entidades do sector privado.

Para além destes, existem ainda outros interlocutores onde estão inseridos, não só que decorrem do acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, o Ministério da Economia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo a REPER em Bruxelas, outras entidades tais como o Instituto Nacional de Estatística, o Banco de Portugal, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a aicep Portugal Global e ainda Ordens Profissionais e associações do setor financeiro.

Figura 2. Utilizadores e interlocutores do GPEARI



Da atividade do GPEARI destacam-se como os principais serviços prestados os seguintes:

▶ Elaboração de estudos económico-financeiros e outros documentos de natureza técnica que contribuam para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas; e em particular, o Modelo Anual Macroeconómico da Economia Portuguesa, o Modelo Trimestral Macro econométrico da Economia Portuguesa; o Modelo das Reformas Estruturais o Modelo de Pensões (em articulação com o grupo de trabalho do *Ageing*); a determinação da evolução trimestral e anual do Saldo Global das Administrações Públicas em Contabilidade Nacional

▶ Coordenação da edição e elaboração de contributos para documentos oficiais, entre os quais, as Grandes Opções do Plano, o Programa de Estabilidade, o Relatório que acompanha a Proposta de Lei do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado

▶ Recolha e centralização de informação, preparação de missões e reuniões, coordenação dos vários ministérios e entidades envolvidas e partilha de informação com as entidades internacionais, no âmbito do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, do Semestre Europeu e de outros exercícios associados à participação nacional em instituições internacionais.

Publicações periódicas, disponibilizadas na Internet, das quais se destacam:

- ▶ •Boletim Mensal de Economia Portuguesa”, publicação mensal dedicada à análise de conjuntura nacional e internacional, contendo análises sobre os principais temas da economia nacional, elaborado em parceria com o Gabinete de Estudos Económicos do Ministério da Economia
- ▶ •Indicadores Mensais de Conjuntura e Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura
- ▶ •Notas de Preços, Nota de Indicadores de Curto-Prazo, Nota de Empréstimos e Nota de Comércio Externo
- ▶ •Cadernos de Finanças Públicas
- ▶ •Portugal Latest Key Development
- ▶ •Newsletter da área internacional

▶ Artigos sobre temas diversos, objeto de publicação na página eletrónica do GPEARI

▶ Contributos técnicos e coordenação da posição nacional, no âmbito da participação e colaboração em reuniões, comités e grupos de trabalho de organizações nacionais e comunitárias, Instituições Financeiras Internacionais e Cimeiras ou Grupos de Trabalho Bilaterais

▶ Acompanhamento e participação na Transposição de Diretivas comunitárias que incidam sobre matérias enquadradas nas áreas de atuação do MF

▶ Financiamento e coordenação da execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica com os Países de Língua Oficial Portuguesa e no âmbito da CPLP

▶ Coordenação e participação nos órgãos que asseguram o bom funcionamento do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, vocacionados para a promoção da estabilidade macroeconómica em ambos os países e o fomento das suas relações económicas e financeiras com Portugal e com a UE.

▶ Promoção de iniciativas potenciadoras da internacionalização da economia nacional

▶ Disseminação de informação selecionada sobre oportunidades de *procurement* para empresas e consultores nacionais e informação geral sobre estratégias de abordagem das empresas nacionais ao mercado de *procurement* das IFI

▶ Apoio técnico à implementação do SIADAP 1 e Avaliação do desempenho dos serviços do MF

▶ Acompanhamento e monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas

▶ Coordenação da implementação da política de igualdade de género a nível do ministério

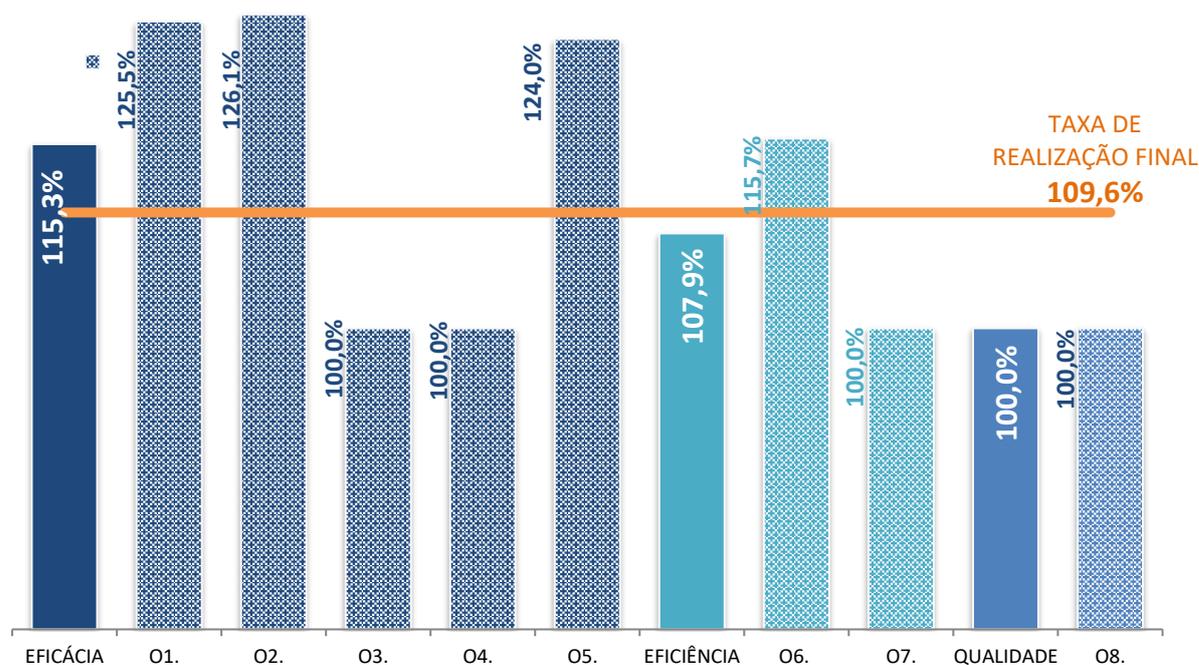
3. AUTOAVALIAÇÃO

3.1. QUAR 2016 – ANÁLISE DOS RESULTADOS E DESVIOS

Face aos objetivos estratégicos que conduziram a atividade do GPEARi em 2016, apresentam-se os resultados alcançados e os desvios verificados, por relação ao previsto no QUAR.

O GPEARi alcançou um resultado global cerca de 10 p.p. acima do planeado (taxa de realização do QUAR de 109,6%, ligeiramente acima do resultado alcançado em 2015), o que traduz o constante esforço do GPEARi na prossecução dos objetivos propostos, num contexto de grande exigência, marcada pela manifesta falta de recursos humanos e fortes restrições orçamentais.

Gráfico 1. Taxas de realização dos parâmetros e objetivos do QUAR 2016



Todos os parâmetros de avaliação do desempenho foram superados, sendo de destacar a Eficácia, com um peso relativo de 50%, que foi superado em cerca de 15 p.p. O parâmetro da Eficiência, com um peso relativo de 25%, obteve uma taxa de realização de 107,9%, e no que respeita ao parâmetro da Qualidade, também com um peso relativo de 25%, obteve uma taxa de realização de 100%.

Foram superados quatro objetivos e atingidos outros quatro. Dos quatro objetivos relevantes, três foram superados (O1,O2 e O6) e atingido um (O8).

Figura 3. QUAR 2016

QUAR												2016	
Quadro de Avaliação e Responsabilização													
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS													
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais													
MISSÃO: Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira, assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais, acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério.													
Objectivos Estratégicos													
OE 1. Contribuir para o acompanhamento e finalização do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro nas vertentes macroeconómicas e de finanças públicas, mantendo esse acompanhamento na fase pós-Programa													
OE 2. Assegurar a operacionalização dos requisitos decorrentes da nova legislação europeia ao nível da supervisão orçamental, da coordenação das políticas económicas, da governação económica e do processo de criação da União Bancária													
OE 3. Assegurar a coordenação das atividades de cooperação bilateral e multilateral													
OE 4. Assegurar a adequada coordenação dos interesses nacionais em fóruns internacionais e particularmente europeus													
EFICÁCIA												Ponderação:	50%
O1. Assegurar a coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal											Peso:	25%	
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND1. Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	-	-	-	7	7	2	4	33%	8	100%	✓	Atingiu	
IND2. Nº de reuniões organizadas	-	-	-	138	100	20	150	33%	199	150%	✓	Superou	
IND3. Nº de reportes às instituições internacionais	-	-	-	-	160	5	200	34%	203	127%	✓	Superou	
O2. Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF											Peso:	25%	
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND4. Nº de documentos de política económica elaborados	7	7	7	8	12	2	20	40%	27	147%	✓	Superou	
IND5. Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	n.d.	n.d.	15	22	35	5	50	30%	37	100%	✓	Atingiu	
IND6. Número de reuniões asseguradas	456	540	585	488	405	45	650	30%	644	124%	✓	Superou	
O3. Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa											Peso:	20%	
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND7. Grau de execução médio dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	77%	93%	100%	100%	90%	5%	100%	100%	94%	100%	✓	Atingiu	
O4. Contribuir para a internacionalização das empresas portuguesas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional através das Instituições Financeiras Internacionais											Peso:	20%	
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND8. Nº de iniciativas que contribuam para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional no âmbito do mercado das multilaterais	16	9	10	11	9	2	15	40%	10	100%	✓	Atingiu	
IND9. Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	-	-	76%	83%	85%	10%	100%	60%	83%	100%	✓	Atingiu	
O5. Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental											Peso:	10%	
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND10. N.º de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	329	343	313	395	350	10	400	100%	398	124%	✓	Superou	
EFICIÊNCIA												Ponderação:	25%
O6. Assegurar a resposta atempada a solicitações externas											Peso:	50%	
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND11. Percentagem de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	-	-	98%	98,1%	98%	0,50%	100%	100%	99,26%	115,7%	✓	Superou	
O7. Promover o aumento das qualificações dos trabalhadores											Peso:	50%	
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND12. Percentagem de trabalhadores que frequentam ações de formação	67%	58%	55%	89%	75%	15%	100%	100%	84%	100%	✓	Atingiu	
QUALIDADE												Ponderação:	25%
O8. Promover a projeção externa do GPEARI											Peso:	100%	
INDICADORES	2012	2013	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND13. Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)	5,00	4,28	4,10	4,40	4,20	0,20	5	50%	4,13	100%	✓	Atingiu	
IND14. Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	4,10	4,13	4,00	4,23	4,10	0,10	5	50%	4,15	100%	✓	Atingiu	

Taxa de Realização Parâmetros e Objetivos	Planeado	Realizado	Taxa de Realização Parâmetros/Objetivos	Classificação	Objetivos mais relevantes (vide Instruções)	
					Ponderação	Identificação
EFICÁCIA	50%	57,6%	115,3%	Superou		
01. Assegurar a coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal	25%	31,4%	125%	Superou	12,50%	R
02. Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	25%	31,5%	126%	Superou	12,50%	R
03. Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa	20%	20,0%	100%	Atingiu	10,00%	
04. Contribuir para a internacionalização das empresas portuguesas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional através das Instituições Financeiras Internacionais	20%	20,0%	100%	Atingiu	10,00%	
05. Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental	10%	12,4%	124%	Superou	5,00%	
EFICIÊNCIA	25%	27,0%	108%	Superou		
06. Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	50%	57,9%	115,7%	Superou	12,50%	R
07. Promover o aumento das qualificações dos trabalhadores	50%	50,0%	100,0%	Atingiu	12,50%	
QUALIDADE	25%	25,0%	100,0%	Atingiu		
08. Promover a projeção externa do GPEARI	100%	100,0%	100%	Atingiu	25,00%	R
TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	100%	109,6%	109,6%		100,00%	

Indicadores	Fonte de Verificação	Justificação do Valor Crítico
IND1. Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos Task Force	O valor crítico reflete a incerteza relativa ao número de documentos de apoio à decisão política
IND2. Nº de reuniões organizadas	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos Task Force	O valor crítico reflete a incerteza relativa ao número de reportes no âmbito de um eventual programa de ajustamento caudal
IND3. Nº de reportes às instituições internacionais	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos Task Force	O valor crítico reflete a incerteza relativa ao número de documentos no âmbito de um eventual programa de ajustamento caudal
IND4. Nº de documentos de política económica elaborados	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP, DPFP, DPE	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND5. Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP, DPFP	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND6. Número de reuniões asseguradas	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP, DPFP, DMSPL	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND7. Grau de execução médio dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DCRI	Grau máximo de execução
IND8. Nº de iniciativas que contribuem para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional no âmbito do mercado das multilaterais	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DCRI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND9. Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das FI (%)	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DCRI	Grau máximo de utilidade
IND10. Nº de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP, DPFP, DCRI	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND11. Percentagem de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP, DPFP, DCRI, DMSPL, DADO, DPE	Percentagem máxima de solicitações respondidas.
IND12. Percentagem de trabalhadores que frequentam ações de formação	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP, DPFP, DCRI, DMSPL, DADO, DPE	Percentagem máxima de colaboradores.
IND13. Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)	Relatório de Satisfação	Grau máximo de satisfação
IND14. Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP, DPFP, DCRI, DMSPL, DADO, DPE	Grau máximo de satisfação

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS		REALIZADOS						DESVIO	Taxa de Execução
		Efetivos	Pontos	30-Jun		30-Sep		31-Dec			
Dirigentes - Direcção superior	20	3	60	3	60	3	60	3	180	0	100%
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa	16	18	288	14	224	14	224	12	3456	-6	67%
Técnico Sup. Especialista de Orç. e Finanças e Téc. Superior	12	45	540	28	336	30	360	31	16740	-14	69%
Coordenador Técnico	9	1	9	1	9	1	9	1	9	0	100%
Técnico de Informática	9	4	36	3	27	3	27	1	36	-3	25%
Assistente Técnico	8	3	24	3	24	3	24	3	72	0	100%
Assistente Operacional	5	1	5	1	5	1	5	3	15	2	300%
Total		75	962	53	680	55	704	54	20493	-21	72%

Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:	31-12-2012	31-12-2013	Previsto 31-12-2014	Realizado 31-12-2014	Previsto 31-12-2015	Realizado 31-12-2015	Previsto 31-12-2016	Realizado 30-06-2016	Realizado 31-12-2016	Desvio face a 31-12-2015
		44	40	49	44	73	55	75	53	54

DESIGNAÇÃO	INICIAL	CORRIGIDO	EXECUÇÃO			SALDO	Taxa de Execução
			30-06-2016	30-09-2016	31-12-2016		
Orçamento de funcionamento	€ 3.899.254,00	€ 2.970.816,00	€ 1.381.301,73	€ 2.098.762,70	€ 2.862.470,92	€ 108.345,08	96%
Despesas com Pessoal	€ 3.117.494,00	€ 2.316.479,00	€ 1.180.303,32	€ 1.776.703,27	€ 2.299.435,51	€ 17.043,49	99%
Aquisição de Bens e Serviços	€ 681.632,00	€ 557.273,00	€ 198.662,81	€ 313.015,42	€ 485.660,81	€ 71.612,19	87%
Outras despesas correntes	€ -	€ 2.336,00	€ 2.335,60	€ 2.335,60	€ 2.335,60	€ 0,40	100%
Aquisição de bens de capital	€ 100.128,00	€ 94.728,00	€ -	€ 6.708,41	€ 75.039,00	€ 19.689,00	79%
PIDDAC	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	-
TOTAL	€ 3.899.254,00	€ 2.970.816,00	€ 1.381.301,73	€ 2.098.762,70	€ 2.862.470,92	€ 108.345,08	96%

OBJETIVOS DE EFICÁCIA	PLANEADO	EXECUTADO
	50%	57,6% Superou

01. ASSEGURAR A COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PÓS-PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ECONÓMICO DE PORTUGAL	PLANEADO	EXECUTADO
	25%	31,4% Superou

INDICADORES	2015	META 2016	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2016	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 1. Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	7	[5;9]	33%	4	8	100% Atingiu

Após a realização de cada missão de acompanhamento e monitorização do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, o GPEARi elabora um relatório síntese de todos os assuntos tratados durante a missão, o ponto de situação, os pontos pendentes e as matérias críticas.

A 3.ª Missão PPS-PPM / 2.ª Missão Semestre Europeu terminou no dia 3 de fevereiro de 2016, tendo o prazo de entrega do Relatório Técnico de reporte da missão sido mais alargado do que o esperado, devido à sobrecarga dos técnicos adstritos à realização do mesmo com outras tarefas igualmente prementes.

No que respeita à 4.ª Missão PPS-PPM / Missão Artigo IV, que terminou no dia 29 de junho de 2016, o prazo de entrega do Relatório Técnico de reporte da missão foi já bastante mais reduzido, tendo sido apresentado em 6 dias.

À semelhança do anterior, o prazo de entrega do Relatório Técnico de reporte da 5.ª Missão PPS-PPM, que terminou no dia 13 de dezembro de 2016, foi apresentado ao fim de 4 dias.

Assim, este indicador relativo ao cumprimento dos prazos de entrega dos relatórios técnicos de reporte das missões foi atingido.

INDICADORES	2015	META 2016	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2016	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 2. Nº de reuniões organizadas	138	[80;120]	33%	150	199	150% Superou

Este indicador reflete o número reuniões organizadas no âmbito de missões de acompanhamento e monitorização do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro com as instituições internacionais. Inclui também as reuniões com os ministérios e demais entidades envolvidas nas missões, bem como as reuniões regulares de monitorização dos outros processos em curso.

A superação do presente indicador, acima do valor crítico, deve-se a um número de reuniões acima do expectável, tendo ocorrido inclusive uma missão no âmbito do acompanhamento e monitorização do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, prevista para final de 2015 e realizada em janeiro de 2016, que foi responsável por 30% do total das reuniões realizadas. De facto, se não forem consideradas as reuniões relativas à missão adiada do ano de 2015, a taxa de execução do indicador passaria a 117%, abaixo do valor crítico.

INDICADORES		2015	META 2016	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2016	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 3.	Nº de reportes às instituições internacionais	-	[155;165]	33%	200	203	127% Superou

Os reportes regulares de informação às instituições internacionais acordados nos termos do “*Agreement on Data Provision*” incluem o envio de informação com diferentes periodicidades (semanal, mensal, trimestral e semestral), bem como informação acerca do progresso dos processos em curso.

O número de reportes regulares de informação às instituições internacionais ultrapassou ligeiramente o valor crítico fixado. A superação deste indicador deriva dos reportes solicitados *ad hoc* que foram mais do dobro do previsto. Os reportes de *Data Provision* e *Week Development* não tiveram desvios significativos.

02. REFORÇAR O APOIO TÉCNICO À ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE POLÍTICA E À FORMULAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS ECONÓMICO-FINANCEIRAS DO MF						PLANEADO	EXECUTADO
						25%	31,5% Superou
INDICADORES		2015	META 2016	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2016	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 4.	Nº de documentos de política económica elaborados	8	[10;14]	40%	20	27	147% Superou

Este indicador traduz a participação do GPEARi em trabalhos de coordenação e participação na elaboração de documentos de política económica, tais como o Programa de Estabilidade, o Relatório do Orçamento do Estado (2016 e 2017), o Programa Nacional de Reformas, a Conta Geral do Estado 2015 e as Grandes Opções do Plano 2016 e 2017, o Balanço de Portugal na UE.

Para além destes documentos claramente estabelecidos, os gabinetes governamentais solicitam contribuição e preparação de um conjunto de outros documentos de política, com difícil quantificação prévia, o que levou à superação deste indicador.

INDICADORES		2015	META 2016	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2016	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 5.	Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	22	[30;40]	30%	50	37	100% Atingiu

No âmbito do reforço do apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF, o GPEARi desenvolveu um conjunto de documentos de política e de apoio à decisão.

Foram realizados trabalhos de análise do impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e a elaboração de projeções das principais variáveis macroeconómicas e de finanças públicas.

Elaboraram-se *policy papers* sobre várias temáticas, direcionados para os decisores políticos do ministério e também o Balanço da participação de Portugal na UE.

Foi ainda elaborado um conjunto de artigos, disponíveis na página eletrónica do GPEARi, o modelo de previsão trimestral do défice das Administrações Públicas, a integração das exigências do *Medium Term Budgetary Framework* no modelo de previsão macroeconómica e de finanças públicas, para além dos projetos relativos ao Modelo de Reformas Estruturais e ao Modelo Macroeconómico da Economia Madeirense.

Foram ainda realizados durante 2016 um ciclo de seminários em parceria com o GEE do Ministério da Economia que versaram sobre temas tão diversos como Produtividade, Finanças Públicas, Governação económica, Semestre Europeu, Impacto das reformas estruturais, Inovação, entre outros.

INDICADORES		2015	META 2016	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2016	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 6.	Número de reuniões asseguradas	488	[360;450]	30%	650	644	124% Superou

Tal como vem sendo referido ao longo dos últimos anos, o GPEARi tem assumido a representação e/ou preparação de reuniões aos mais diversos níveis e sobre matérias bastante diversificadas, tornando-se esta uma das atividades mais críticas e que consome maiores recursos – humanos e financeiros – tendo-se previsto a participação num conjunto alargado de reuniões (entre 360 e 450) durante o ano de 2016.

De facto, o número de reuniões que o GPEARi assumiu a representação e/ou preparação excedeu bastante o previsto inicialmente, tendo registado um conjunto de 644 reuniões³.

Do conjunto total de reuniões, 312 foram *Reuniões Comunitárias* (incluindo reuniões nacionais de preparação de reuniões comunitárias), das quais fazem parte os encontros nos seguintes fóruns:

- Conselho ECOFIN, Eurogrupo, Comité Económico e Financeiro (titulares e suplentes), Briefings com as Embaixadas dos estados-membros da União Europeia presentes em Lisboa e Conselho Europeu;
- Reuniões bilaterais com a Comissão Europeia no âmbito do Semestre Europeu;
- Grupos de trabalho do CEF-SCMIF, *Task Force on Coordinated Action*;
- Comité de Política Económica e respetivos Grupos de Trabalho (*Ageing Population and Sustainability, Output Gap, LIME, Economic Forecasts*);
- Grupos de Trabalho da União Europeia na área financeira (Comité Serviços Financeiros, Grupo Serviços Financeiros do Conselho, Grupos de peritos da Comissão Europeia, etc.);
- Mecanismo Europeu de Estabilidade e Facilidade Europeia de Estabilidade Financeira (Conselho de Administração e Conselho de Governadores);
- Banco Europeu de Investimento (Conselho de Administração e de Governadores);
- Reuniões no âmbito da modernização dos auxílios de Estado.

Nas *Reuniões Internacionais* o GPEARi participou em mais de 55, nos seguintes âmbitos:

- Reuniões no âmbito do Artigo IV do FMI;
- OCDE (Comité de Política Económica, *Short – Term Economic Prospects*; Comité de Mercados Financeiros, Reunião Ministerial, Government Foresight Community, Global Strategy Group, *Country Review*, Missão técnica no âmbito da elaboração do *Survey* de Portugal e outros Grupos de Trabalho);
- Organização Mundial do Comércio (Comité do Comércio de Serviços Financeiros);
- Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (Conselho de Administração);
- Reuniões com agências de *rating* e com investidores;
- Nações Unidas.

³ As principais temáticas que excederam o volume total de reuniões previstas ou foram grupos criados no decorrer do ano e, por isso, não considerados em sede de planeamento foram: *Economic Survey* da OCDE (+18), ESM BoD (+9), Grupo Serviços Financeiros (+21), Comissão Branqueamento de Capitais/Financiamento do Terrorismo (+57), Grupo de Trabalho de Estatísticas das Administrações Públicas (+6) e outras reuniões nacionais em representação do Ministério das Finanças, incluindo com Embaixadas, IGCP, entre outros (+37).

Relativamente às reuniões de âmbito nacional, que decorrem em Portugal, com a participação de entidades nacionais e internacionais, em 2016, ocorreram 277 *Reuniões Nacionais*, com as seguintes entidades ou temáticas:

- Banco de Portugal;
- Conselho Económico e Social;
- INE (Secções Permanentes, GT Macroeconómicas, GT FUESEN e GT C.S. Saúde);
- Reuniões da CIAE a nível técnico e preparação de reuniões da CIAE a nível Político, reuniões da CIPE e reuniões da CNDH;
- Reuniões do Grupo de Trabalho “GAFI” e reuniões do Grupo de Trabalho “Medidas Restritivas”;
- Grupo de Trabalho da Saúde e Segurança no Trabalho;
- Grupo de Trabalho de Estatísticas das Administrações Públicas.
- Outras reuniões de coordenação MNE/outras Ministérios setoriais/outras entidades.

Importa referir que um número significativo de reuniões, nomeadamente as que são afetas a grupos de trabalho e negociações, entre outras, são de difícil previsão dado dependerem das dinâmicas dos processos negociais ou do plano de ação dos grupos.

03. PROMOVER UMA POLÍTICA DE COOPERAÇÃO ESTRUTURANTE NOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA					PLANEADO	EXECUTADO
					20%	20% Atingiu
INDICADORES	2015	META 2016	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2016	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 7. Grau de execução médio dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	100%	[85%;95%]	100%	100%	94%	100% Atingiu

O indicador traduz o nível médio de execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica (PICAT) Aduaneiro (CPLP) e o PICAT IGF (CPLP).

Para 2016, à semelhança do que fora definido para 2015, fixou-se como meta o intervalo [85%;95%] e 100% como valor crítico. A taxa média de execução das ações previstas no PICAT Aduaneiro ficou nos 88% e no PICAT IGF nos 100%.

Pese embora o resultado se tenha situado dentro do intervalo definido, tendo o resultado do indicador ficado nos 94%, a execução respeitante ao PICAT Aduaneiro ficou ligeiramente aquém do previsto devido a um dos Seminários inicialmente previsto não se ter realizado. Esta situação verificou-se pelo facto de não se ter registado adesão dos países para participarem no referido seminário, que deveria ter tido lugar na Guiné-Bissau em outubro passado.

Quadro 1. Taxa de execução dos programas integrados de cooperação e assistência técnica

Programas de Cooperação e Assistência Técnica	META	REALIZADO
PICAT Aduaneiro-CPLP	90%	88%
PICAT IGF-CPLP	90%	100%
TOTAL	[85%;95%]	94%

Refira-se que a execução dos programas de cooperação e assistência técnica, no âmbito da CPLP, se consubstanciou na realização das seguintes reuniões:

PICAT V - Aduaneiro

- XXXI Reunião do Conselho de Diretores Gerais das Alfândegas da CPLP
- 11.ª Reunião do GT de Alto Nível
- 51.ª Reunião do GT do Sistema Harmonizado
- 11.ª Reunião do GT da Convenção de Quioto Revista
- 7.ª Reunião do GT do Site das Alfândegas da CPLP *
- 1.ª Reunião do GT sobre os Impostos Especiais sobre o Consumo (IEC) da CPLP *
- 1.ª Reunião do GT sobre Via Aérea da CPLP *
- *Workshop* Extraordinário OMA-CPLP

PICAT IGF

- VII Conferência Anual dos Organismos Estratégicos de Controlo Interno (OECI) da CPLP
- Grupo Técnico Permanente dos OECI-CPLP

* Nota: estas reuniões realizaram-se com recurso a teleconferência.

04. CONTRIBUIR PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS PORTUGUESAS, CONSULTORES E BANCA NACIONAIS E PARA O ACESSO AO FINANCIAMENTO DA ECONOMIA NACIONAL ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS						PLANEADO	EXECUTADO
						20%	20% Atingiu
INDICADORES	2015	META 2016	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2016	TAXA DE REALIZAÇÃO	
IND 8. Nº de iniciativas que contribuam para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional no âmbito do mercado das multilaterais	11	[7;11]	40%	15	10	100% Atingiu	

No que respeita à promoção da internacionalização das empresas portuguesas no mercado das multilaterais financeiras, foi fixado no ano de 2016 o objetivo de implementar entre 7 a 11 iniciativas, incluindo os seminários de divulgação de oportunidades de negócio e missões empresariais organizadas em conjunto com a aicep Portugal Global, no âmbito do Grupo de Trabalho existente entre as duas entidades.

O GPEARI e a aicep Portugal Global constituem-se como as entidades operacionais do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras e, nesta qualidade, promovem iniciativas de sensibilização das empresas nacionais para este mercado, disponibilizando informação sobre oportunidades concretas e a forma das empresas abordarem estas instituições.

No ano de 2016 foram realizados os seminários ou iniciativas previstas, atingindo-se o objetivo. Os seminários e iniciativas realizadas foram as seguintes:

- Ação de formação especializada "Contratação de projetos em países em desenvolvimento";
- BERD - Seminário de oportunidades de negócio em consultadoria;
- Seminário de *networking* entre ONGD e empresas;
- BAsD - Seminário de oportunidades de negócio de *procurement*;
- BERD - Seminário de oportunidades de negócio no Porto;
- Nações Unidas - Seminário de oportunidades de negócio;
- Encontro promovido entre a Sociedade Financeira Internacional e a Galp;
- Missão Técnica do CEB;
- Grupo do Banco Mundial - Seminário de oportunidades de negócio de *procurement* e investimento;
- 3ª edição do CHRISTMAS *Get Together*.

INDICADORES		2015	META 2016	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2016	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 9.	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	83%	[75%;95%]	60%	100%	83%	100% Atingiu

Tal como nos anos anteriores, no âmbito deste indicador foi realizado um exercício de avaliação de desempenho por parte do Grupo de Trabalho do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras, tendo-se levado a cabo uma consulta alargada com o objetivo de avaliar a utilidade e adequação das iniciativas e seminários às necessidades dos empresários nacionais.

Deste modo, foi aplicado um inquérito *online* junto das empresas participantes nas diversas iniciativas organizadas pelo Grupo de Trabalho. Foram realizados quatro encontros/seminários durante o ano de 2016 (BERD, ONGD-Empresas, BAsD, BM), num total de quase 300 participantes, tendo-se obtido um grau de utilidade e adequação médio de 83%, ficando dentro do intervalo da meta estabelecida para 2016 - [75%;95%], e em conformidade com o resultado do período homólogo.

05. GARANTIR A DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA, MACROFINANCEIRA E ORÇAMENTAL						PLANEADO	EXECUTADO
						10%	12,4% Superou
INDICADORES		2015	META 2016	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2016	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 10.	N.º de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	395	[340;360]	100%	400	398	124% Superou

As publicações e relatórios estatísticos que o GPEARI disponibiliza com regularidade são um ativo importante no que respeita à atividade do Gabinete e à prestação de serviços aos principais clientes. De facto, o acompanhamento deste indicador, definido para monitorizar o cumprimento do objetivo de garantir a disponibilização de informação, mostra que o desempenho do GPEARI nesta matéria tem vindo a melhorar ao longo dos anos, evoluindo positivamente no número de publicações e relatórios estatísticos produzidos. No ano de 2016 foram disponibilizados mais documentos do que os inicialmente previstos, levando assim a que o indicador tenha sido superado.

Este indicador engloba os seguintes documentos:

Quadro 2. N.º de publicações e relatórios estatísticos

Publicações e relatórios estatísticos	Total
N.º de Newsletters publicadas	4
Boletim Mensal da Economia Portuguesa (colaboração)	12
Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura;	240
Dossier de Indicadores de Conjuntura;	12
Notas - Comércio Externo	9
Notas - Indicadores Coincidentes	12
Notas - Empréstimos e Taxas de Juro	12
Notas - Preços	12
Nota Económica de Curto Prazo (Flash)	9
Calendário de Publicações	48
Portugal Latest Key Development	12
Síntese Interna	9
Dossiers de Finanças Públicas - Portugal e Comparações Internacionais;	7
Total	398

OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA	PLANEADO	EXECUTADO
	25%	27% Superou

06. ASSEGURAR A RESPOSTA ATEMPADA A SOLICITAÇÕES EXTERNAS	PLANEADO	EXECUTADO
	50%	57,9% Superou

INDICADORES	2015	META 2016	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2016	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 11. Percentagem de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	98,1%	[97,5%;98,5%]	100%	100%	99,3%	115,7% Superou

A par da qualidade técnica das respostas às solicitações que são remetidas ao GPEARI, a sua tempestividade é considerada um fator crítico para o desempenho. O volume de documentos e solicitações remetidos ao GPEARI implica um apertado controlo dos prazos fixados para garantir a resposta atempada às diversas situações.

A percentagem de solicitações respondidas dentro do prazo foi, este ano, acima do intervalo, sendo superada a meta, mostrando uma evolução positiva face ao ano anterior. Num universo de cerca de 1350 solicitações (1200 em 2015), pouco mais de uma dezena não foi respondida dentro do prazo fixado, mostrando uma clara preocupação pelo escrupuloso cumprimento dos prazos, exigindo um esforço adicional de toda a organização.

07. PROMOVER O AUMENTO DAS QUALIFICAÇÕES DOS TRABALHADORES						PLANEADO	EXECUTADO
						50%	50% Atingiu

INDICADORES	2015	META 2016	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2016	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 12. Percentagem de trabalhadores que frequentam ações de formação	89%	[60%;90%]	100%	100%	84%	100% Atingiu

Pese embora as restrições orçamentais verificadas na área da formação foi feito um esforço no sentido de se promoverem formações aos colaboradores. Com efeito, no ano de 2016 mais de 80% dos colaboradores do GPEARi frequentaram ações de formação nas mais diversificadas áreas, abrangendo não só questões de âmbito mais generalista, mas também matérias altamente específicas e centradas nas necessidades particulares de conhecimento, aumentando assim as suas competências na perspetiva de melhoria da qualidade dos serviços prestados e do desenvolvimento pessoal.

Foram frequentadas pelos colaboradores do GPEARi um total de 97 participações em ações de formação, distribuídas por diferentes áreas temáticas, destacando-se *Ciências Sociais (Economia/Política/Sociologia)* com mais de metade das participações (55%), seguindo-se *Outros* com 22% de participações e *Informática* com 15%. A meta relativa a este indicador foi atingida.

Refira-se que nestas formações está incluída formação interna no âmbito da gestão documental e utilização do sistema e em língua inglesa (gramática e conversação).

OBJETIVOS DE QUALIDADE

PLANEADO	EXECUTADO
25%	25% Atingiu

08. PROMOVER A PROJEÇÃO EXTERNA DO GPEARI

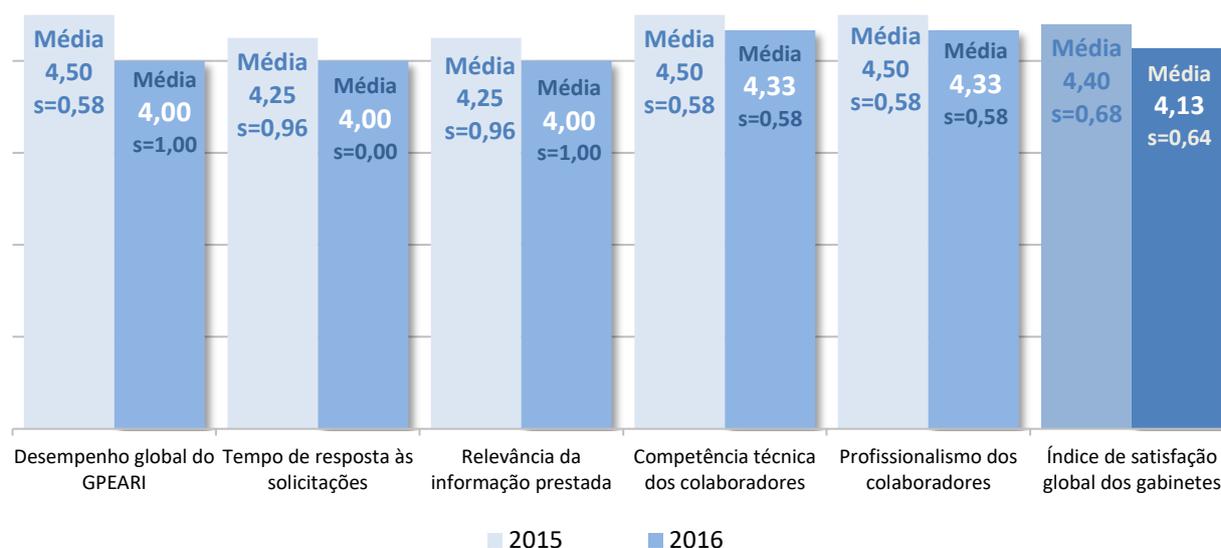
PLANEADO	EXECUTADO
100%	100% Atingiu

INDICADORES	2015	META 2016	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2016	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 13. Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)	4,4	[4,0;4,4]	50%	5	4,13	100% Atingiu

Os principais clientes dos serviços prestados pelo GPEARi são os Gabinetes Ministeriais, pelo que a análise do nível de satisfação deste grupo específico de utilizadores se reveste da maior importância para o Gabinete aferir a sua performance e avaliar os seus modos de atuação.

Este indicador reflete o resultado dos questionários de satisfação que foram aplicados aos gabinetes da equipa política do Ministério das Finanças. O questionário, constituído por cinco questões avaliadas numa escala de um (Muito Fraco) a cinco (Muito Bom): pretende avaliar as seguintes dimensões: (i) Desempenho global; (ii) Tempo de resposta; (iii) Relevância da informação; (iv) Competência técnica e (v) Profissionalismo.

Gráfico 2. Satisfação média global dos Gabinetes do MF



O questionário de satisfação que foi aplicado aos gabinetes do MF contou com uma taxa de resposta de 11%, tendo esta sido bastante inferior à do ano anterior (29%). Em relação ao grau de satisfação destes utilizadores verificou-se que foi de 4,13, classificado como Bom, tendo sofrido uma ligeira redução face ao registado no ano anterior (4,40).

	INDICADORES	2015	META 2016	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2016	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 14.	Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	4,23	[4;4,2]	50%	5	4,15	100% Atingiu

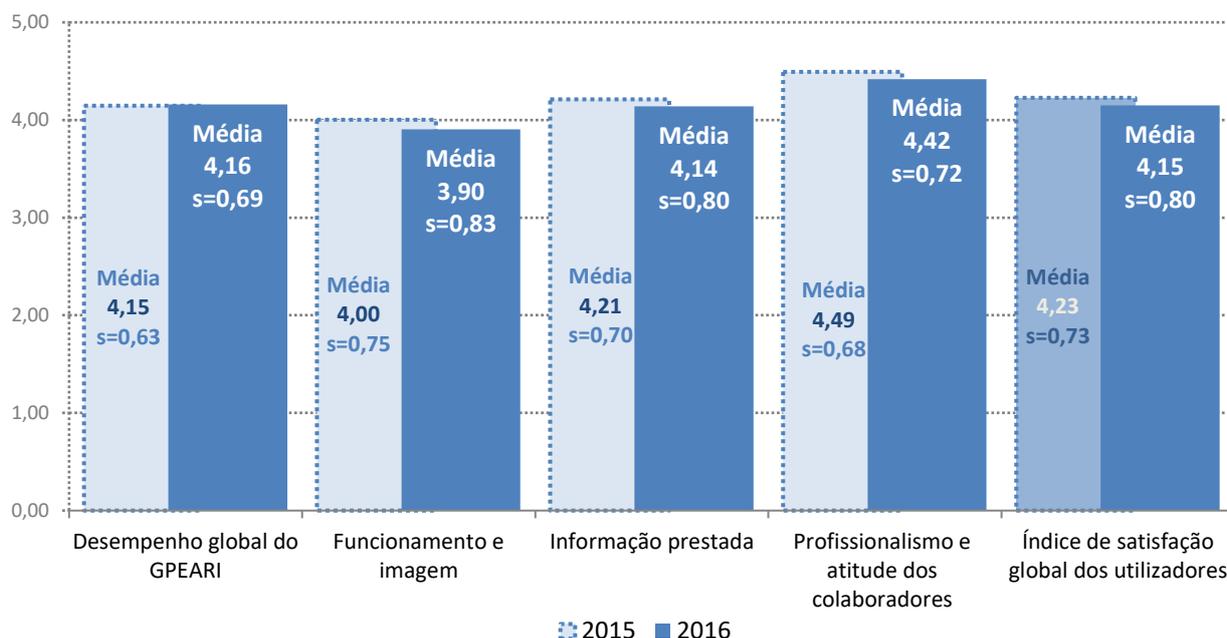
À semelhança de anos anteriores, foi lançado um questionário para aferir a satisfação dos utilizadores relativamente: (i) ao Funcionamento e imagem; (ii) à Informação prestada; (iii) ao Profissionalismo e Atitude dos colaboradores; (iv) e à Avaliação do desempenho global do GPEARI. Estas quatro dimensões traduziram-se num conjunto de 10 questões, avaliadas numa escala de um (Mau) a cinco (Excelente).

Para além da análise à satisfação dos utilizadores relativamente aos aspetos descritos, tentou apurar-se, por um lado a posição relativa do GPEARI face a outros organismos - numa escala de um (Muito Pior) a cinco (Muito Melhor) e por outro lado o impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARI no trabalho da sua organização - numa escala de um (Irrelevante) a cinco (Muito Importante).

A taxa de resposta aos questionários foi de 16% (igual ao ano anterior), tendo sido enviados um total de 584 questionários. A satisfação média global dos utilizadores voltou a ultrapassar a fasquia da classificação *Bom*, tendo alcançado um valor de 4,15, alcançando-se a meta estabelecida no QUAR [4;4,2]. Este valor resulta da média das quatro dimensões do questionário.

A satisfação dos utilizadores com os serviços prestados pelo GPEARI foi bastante positiva, pese embora se verifiquem valores médios de satisfação abaixo dos obtidos em 2015, à exceção da dimensão referente ao Desempenho Global do GPEARI, que demonstra um ligeiro aumento de satisfação.

Gráfico 3. Satisfação média global dos Utilizadores



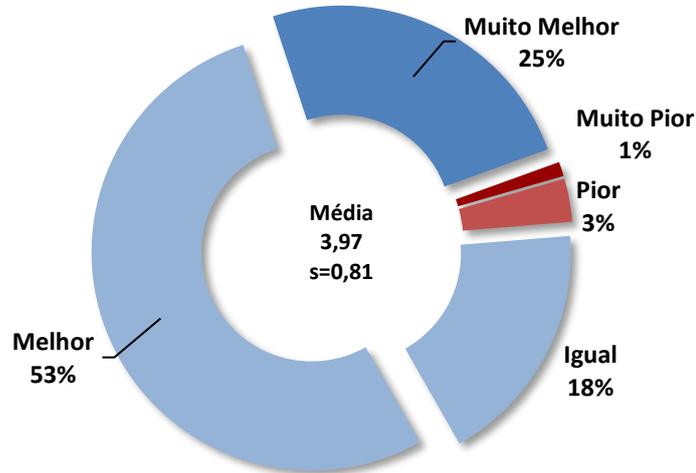
A dimensão relativa ao *Profissionalismo e atitude dos colaboradores* foi a que atingiu um índice de satisfação mais elevado (4,42), seguido do *desempenho global do GPEARi* com 4,16 pontos de classificação média.

Os itens com grau de satisfação mais elevados foram a *Cortesia dos colaboradores* com 4,62 e a *Competência técnica dos colaboradores* com 4,40. Uma vez mais, o item que colheu menor grau de satisfação foi a de *Melhorias implementadas recentemente na prestação do serviço* com 3,69 pontos.

A comparação da prestação do Gabinete com outros organismos públicos mostrou que 78% dos utilizadores (75% em 2015) considerou *Melhor* ou *Muito Melhor* a atuação do GPEARi face aos demais organismos com que se relacionam.

Gráfico 4. Comparação do GPEARi com outros organismos públicos

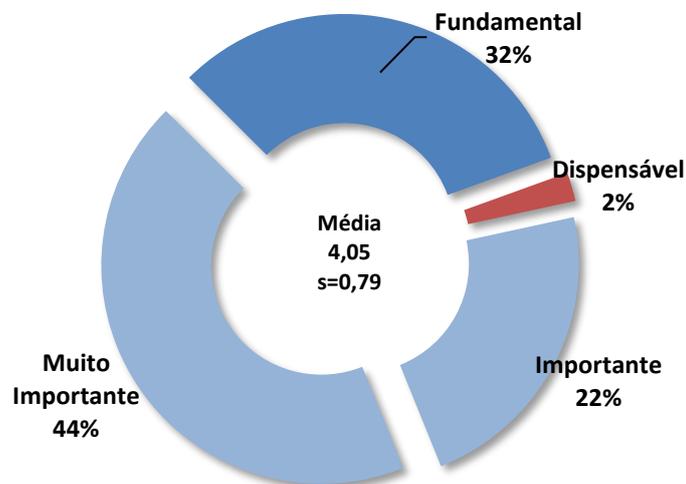
Comparando com outros organismos públicos com os quais se relaciona considera que o GPEARi é...



Relativamente ao Impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARi, 32% dos utilizadores inquiridos consideram *Fundamental* (39% em 2015) e 44% consideram *Muito Importantes* (43% em 2015) os contributos, serviços e informação prestada pelo GPEARi no desenvolvimento do seu trabalho.

Gráfico 5. Impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARi no trabalho dos outros organismos

Impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARi no trabalho da sua organização



No questionário lançado no ano de 2016, os comentários e sugestões de melhoria identificados pelos utilizadores externos foram pouco representativos, centrando-se essencialmente na necessidade de melhorar a antecedência da solicitação de análises/opiniões, em aumentar a autonomia para aprovar Planos e Relatórios de Atividade e em intervir na melhoria desses instrumentos.

Encontra-se no anexo A2. um documento síntese, com os principais resultados da *Análise à Satisfação dos Utilizadores*.

3.2. PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA ATIVIDADE EM 2016

Tal como em anos anteriores, em 2016, a atividade do GPEARI continuou a ser fortemente condicionada pela envolvente económica e financeira nacional e europeia. A coordenação da representação portuguesa, em articulação com os diversos gabinetes governamentais, ministérios, serviços e entes públicos do processo de acompanhamento e monitorização do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal, a par de outros mecanismos europeus regulares de supervisão orçamental e multilateral, têm constituído um permanente e exigente desafio ao GPEARI.

No plano interno, o processo de readaptação à nova dinâmica de serviços partilhados nas áreas de recursos humanos, financeiros e patrimoniais e a exigente gestão dos recursos orçamentais impôs um acrescido esforço a toda a organização.

Persistiram ainda as dificuldades de recrutamento de recursos humanos dentro da administração pública com especialização nas competências e áreas que estão atribuídas ao GPEARI, mostrando-se extremamente difícil o preenchimento das vagas não ocupadas por via da saída de colaboradores.

Para além disso, o modelo de gestão orçamental durante o ano de 2016 obrigou a um constante reajuste de prioridades inviabilizando, inclusive, a execução do projeto de (re)Construção da Identidade Corporativa.

3.3. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS DE REFORÇO DO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

O GPEARI tem vindo ao longo dos últimos anos a implementar ou melhorar um conjunto de medidas que visam a melhoria contínua do seu desempenho organizacional, e que se traduzem numa gestão mais eficiente e eficaz dos seus recursos disponíveis.

No âmbito do processo de monitorização e acompanhamento das suas atividades, o GPEARI continuou a utilizar a Aplicação para Monitorização dos Instrumentos de Gestão (AMIG), tendo sido alvo de algumas melhorias, nomeadamente no que respeita à discriminação das atividades que contribuem para os indicadores do QUAR. Esta ferramenta continua a facilitar o registo da atividade desenvolvida pelas unidades orgânicas e também dos objetivos e indicadores definidos em sede de QUAR, permitindo a monitorização periódica do Plano de Atividade e do QUAR, nos momentos pré-definidos sem exigir acréscimo de trabalho aos dirigentes e colaboradores, contribuindo para a consolidação da *accountability* da atividade desenvolvida.

Apostando numa política de desmaterialização de processos, diminuição de necessidades de arquivo e poupança no consumo de papel e consumíveis de impressão, foram realizadas novas ações de sensibilização e formação com vista a alargar o grau de adesão ao Sistema de Gestão Documental (SGD). Neste contexto, foi distribuído um manual de utilização sintético da ferramenta de SGD implementada no GPEARI e cujo potencial de utilização será melhorado durante o ano de 2017.

Continuou-se, igualmente, o processo de renovação dos equipamentos informáticos, pois a maioria dos postos de trabalho já se encontravam desatualizados, com tecnologia obsoleta e a revelar sérios problemas de desgaste, decorrentes de uso intensivo.

No contexto da implementação de medidas de desenvolvimento organizacional e no sentido de promover a melhoria dos processos internos, foi iniciado o projeto de registo e controlo da assiduidade de forma automática. Assim, numa primeira fase, e no sentido de enquadrar as práticas de horários e assiduidade adotadas no GPEARI foi elaborado e publicado o Regulamento de Horário de Trabalho (RHT)⁴.

⁴ Regulamento 923/2016, de 13 de Outubro, publicado no Diário da República n.º 197/2016, Série II.

A par da publicação do RHT foi iniciado o processo de implementação do sistema automático de registo de assiduidade, que passou pela instalação dos equipamentos de registo e pela parametrização da ferramenta tecnológica, que permite a gestão da assiduidade de todos colaboradores, facilitando os reportes periódicos, designadamente para efeitos de processamento de vencimentos.

Foram ainda adotadas medidas específicas com vista ao controlo e contenção da despesa, nomeadamente no que respeita a deslocações ao estrangeiro, atendendo ao peso que representam no orçamento do GPEARi (55% da execução global na aquisição de bens e serviços). Assim, e dada a criticidade das deslocações ao estrangeiro para representação internacional e participação regular nos trabalhos da União Europeia na atividade do GPEARi, foram redesenhados os processos de pedido e autorização de deslocação. As alterações introduzidas neste processo permitiram a simplificação dos procedimentos e melhoraram os mecanismos de controlo das viagens planeadas, responsabilizando os diversos intervenientes e garantindo o escrupuloso cumprimento das regras de contenção da despesa.

3.4. AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES NA AUTOAVALIAÇÃO DO SERVIÇO

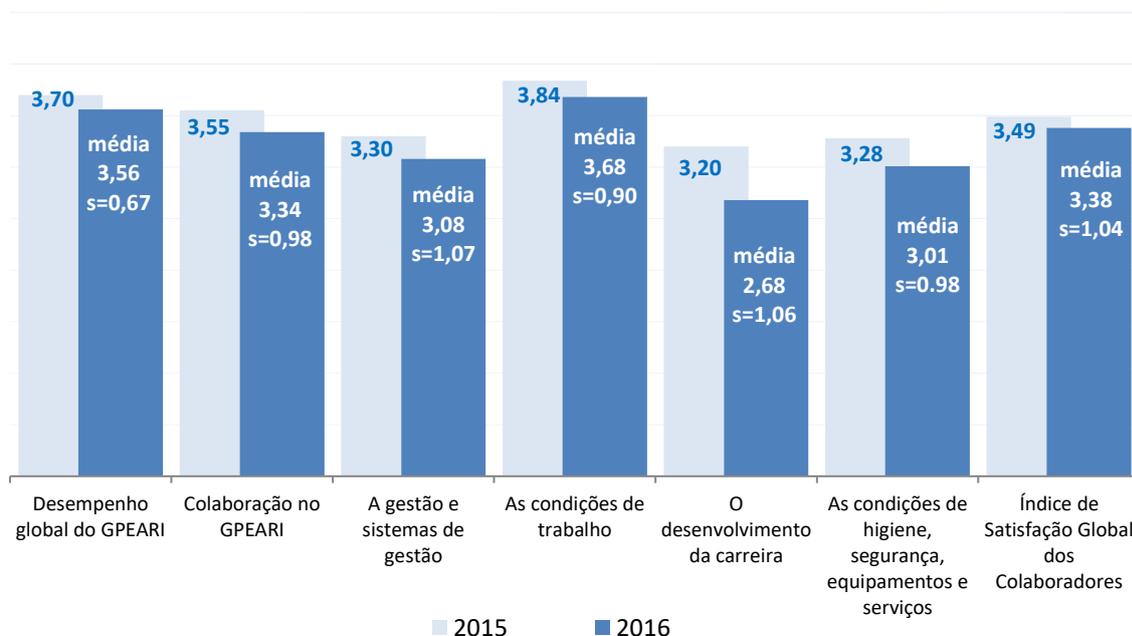
No âmbito da autoavaliação do GPEARI foi lançado, à semelhança de anos anteriores, um questionário para avaliar o grau de satisfação dos colaboradores, que agrega um conjunto de temáticas relativas ao modo como os colaboradores percecionam a organização.

O instrumento de inquirição conta com 28 questões que abrangem cinco dimensões: (i) Colaboração no GPEARI; (ii) A gestão e sistemas de gestão; (iii) As condições de trabalho; (iv) O desenvolvimento da carreira; e, (v) Condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços e uma questão genérica Desempenho global do GPEARI.

A audição foi realizada entre os dias 11 e 18 de janeiro, tendo sido enviados 47 questionários e submetidas 32 respostas válidas, o que corresponde a uma taxa de resposta de 68,1%.

A **satisfação média global dos colaboradores do GPEARI incluindo as cinco dimensões estudadas foi de 3,38**, ligeiramente inferior aos valores registados nos anos anteriores (em 2015 foi de 3,49, em 2014 foi de 3,61 e em 2013 foi de 3,59), mantendo-se, por isso, um nível de satisfação entre o *Satisfatório* e o *Bom*.

Gráfico 6. Satisfação média global dos Colaboradores



A análise aos resultados da satisfação poderá estar associado à constante pressão a que os colaboradores estão sujeitos devido às novas atribuições que é necessário acompanhar, sem o necessário reforço de recursos.

No anexo A2. pode consultar-se um documento síntese, com os principais resultados da *Análise à Satisfação dos Colaboradores*.

3.5. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Sistema de Controlo Interno encontra-se devidamente caracterizado no anexo A4, encontrando-se cumpridos a generalidade dos itens aplicáveis:

Ao nível do **ambiente de controlo** estão garantidos as principais regras de cumprimentos da legalidade, regularidade e boa gestão, estando definidos os valores éticos e de integridade que regem o serviço e privilegiando-se uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas.

A **estrutura organizacional** estabelecida obedece às regras definidas legalmente, verificando-se a aplicação da avaliação de desempenho (SIADAP 2 e 3) à totalidade dos colaboradores. Foi ainda garantida a formação possível aos colaboradores (mais de 80% dos colaboradores fizeram alguma ação de formação).

As **atividades e procedimentos de controlo administrativo** implementados no serviço estão garantidos, existindo alguns manuais de procedimentos para determinados processos, estando as responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos definidas, embora ainda não formalizadas. A especificidade e tecnicidade das funções presentes no GPEARi não se compadecem com sistemas rotativos. O GPEARi detém um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

Em termos de **fiabilidade dos sistemas de informação**, as aplicações, nomeadamente de suporte ao processamento de dados, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria são em regime de serviços partilhados, não sendo geridas diretamente pelo GPEARi.

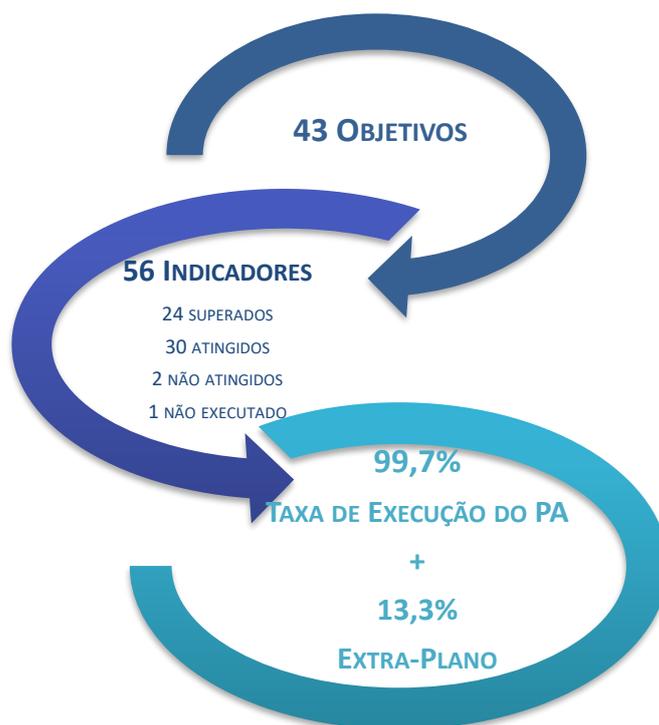
Estão garantidos os requisitos de segurança relativamente a acessos às áreas partilhadas e a política de backups salvaguarda a informação dos computadores de rede.

3.6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2016

Embora no modelo de planeamento dos instrumentos de gestão do GPEARi se verifique uma estreita ligação entre os indicadores e objetivos que constituem o QUAR e o conjunto de atividades das unidades orgânicas, existem, naturalmente, atividades que não se encontram plasmadas no QUAR.

Assim, foram definidos para as unidades orgânicas e task-force de acompanhamento PPS-PPM um total de 43 objetivos, que se traduziram em 56 indicadores, dos quais 24 foram superados, 30 foram atingidos, dois não atingidos (mas com execuções rondar os 100%) e um indicador que não obteve execução, pois não foi possível prosseguir com as atividades previstas para o cumprimento do indicador e do respetivo objetivo devido a restrições orçamentais específicas.

Figura 4. Objetivos, indicadores e taxa de execução do PA



Com efeito, o plano de atividades definido para 2016 foi executado quase na sua totalidade, atingindo uma taxa de realização de 99,7%, sendo de destacar que dos dois indicadores não atingidos, um deles não atingiu a execução prevista devido a restrições orçamentais que inviabilizaram o acompanhamento de reuniões que ocorreram no estrangeiro. Ainda assim, e a acrescer à atividade das unidades orgânicas previstas foram ainda executadas atividades extra-plano – representação em reuniões, resposta a pedidos

de informação dos Gabinetes Ministeriais e outras solicitações – que corresponderam a mais 13,3% da atividade.

No anexo A3. Estão descritas as das Atividades, por Unidade Orgânica, detalhando-se, os objetivos, indicadores e atividades de cada uma das unidades, justificando-se os desvios positivos e negativos de cada um dos resultados face ao planeado.

3.7. RECURSOS HUMANOS

No mapa de pessoal para 2016 estavam previstos 75 lugares, tendo o GPEARi a 31 de dezembro 54 colaboradores, onde se inclui o pessoal em regime de mobilidade (quatro técnicos superiores), o pessoal em cedência de interesse público (cinco técnicos superiores)⁵ e dois Peritos Nacionais Destacados, em funções na Comissão Europeia.

Os lugares previstos e ocupados no mapa de pessoal estão distribuídos da seguinte forma:

Quadro 3. Mapa de pessoal para 2016 – lugares previstos e ocupados

DESIGNAÇÃO	Lugares Previstos	Colaboradores a 31 de dezembro		Taxa de Execução
		M	F	
Dirigentes - Direção superior	3	3	-	100%
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa	18	5	7	66,7%
Técnico Superior Especialista em orçamento e Finanças Públicas	39	13*	17	74%
Técnico Superior	6	-	1	17%
Coordenador Técnico	1	1	-	100%
Técnico de Informática	4	1	2	75%
Assistente Técnico	3	1	2	100%
Assistente Operacional	1	1	-	100%
Total	75	54		73%

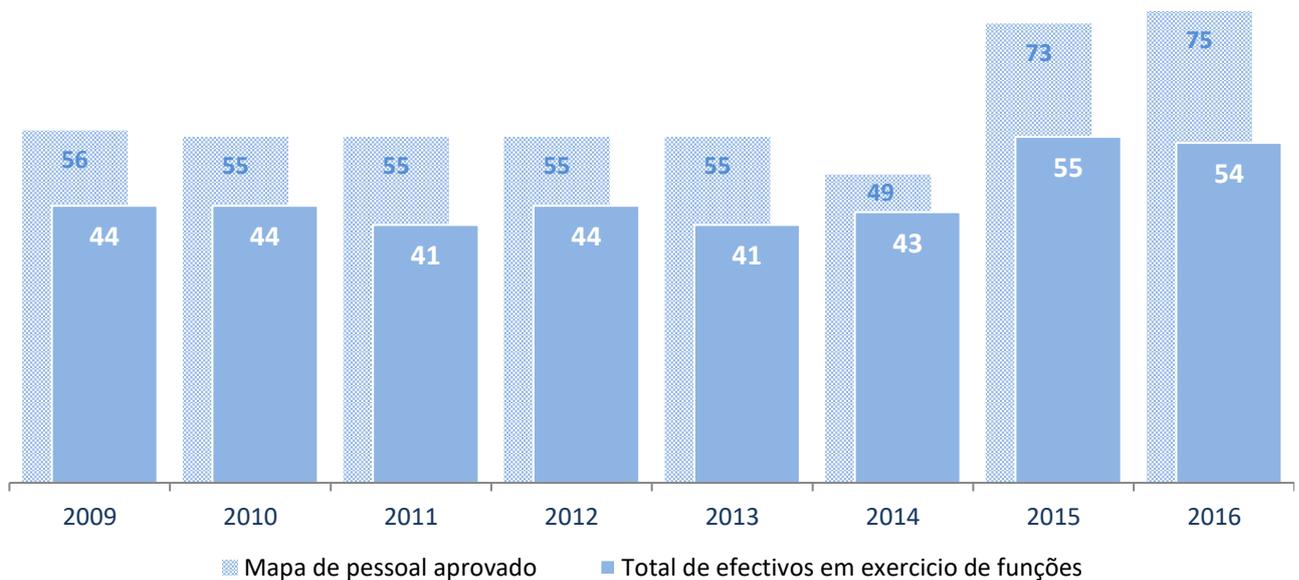
*Inclui dois Peritos Nacionais Destacados, em funções na Comissão Europeia.

As dificuldades de recrutamento no universo da administração pública de técnicos especializados nas atividades e competências cometidas ao GPEARi, agravados pelas limitações legais existentes no que diz respeito à contratação de pessoal para a Administração Pública e à nova carreira especial dificultaram bastante o preenchimento dos lugares por ocupar. Neste sentido, o GPEARi foi autorizado, excecionalmente, a proceder à abertura de concurso externo para recrutar 14 Técnicos Superiores Especialistas em Orçamento e Finanças, concurso que terminará no decurso de 2017.

⁵ O pessoal em regime de mobilidade e em cedência de interesse público não ocupa lugar no mapa de pessoal.

A análise à evolução do mapa de pessoal aprovado para o GPEARi, por comparação com os lugares ocupados demonstra uma dificuldade persistente em dispor do número de recursos humanos considerado adequado para a prossecução dos seus objetivos e atribuições. De facto, a partir de 2015 e com a reorganização orgânica decorrente das novas atribuições que lhe foram cometidas, o mapa de pessoal foi aumentado significativamente, todavia, os processos de recrutamento têm-se mostrado difíceis e complexos.

Gráfico 7. Evolução do mapa de pessoal do GPEARi



Em termos de indicadores gerais, o pessoal em exercício de funções no GPEARi, em 2016, apresentava a seguinte caracterização:

- Média etária relativamente baixa: 44 anos, tendência que tem vindo verificar-se nos últimos anos;
- Género: existe uma distribuição relativamente equitativa entre homens e mulheres nos vários grupos profissionais (a taxa de feminização é de 54%), existindo um ligeiro predomínio do sexo feminino. No grupo dos dirigentes intermédios existe uma clara primazia de mulheres. No entanto, os três lugares de dirigentes superiores são ocupados pelo sexo masculino.

- Elevada taxa de habilitação superior: 89% dos trabalhadores do GPEARI possuíam habilitações académicas de nível superior (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento), consideravelmente superior à média da Administração Central (cujo valor para 2015 era 51,2%, segundo o Boletim do Observatório do Emprego Público n.º15 de junho de 2016). A maior parte dos colaboradores do GPEARI são técnicos superiores (Índice de tecnicidade de 57%);
- Absentismo aumentou consideravelmente, relativamente aos anos anteriores, devido em grande parte às ausências no âmbito da parentalidade. A taxa de absentismo (excluindo ausências por motivo de férias) foi de 5,1%.
- Encargos com pessoal: as despesas com pessoal ascenderam a M€ 2,3 representando um aumento relativamente aos encargos em 2015 (M€ 1,94).
- Avaliação: em matéria de SIADAP 2 e 3 foi aplicado o disposto na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, sendo 2015-2016 o período a avaliar.
- Formação: em 2016 verificaram-se 97 participações em ações de formação num total de 1768,5 horas lecionadas. As áreas temáticas que merecem destaque, pelo número de participações que representam são a *Economia e Finanças* (62%).

No anexo A5. é possível consultar os principais indicadores relativos a recursos humanos, calculados com base nos quadros de reporte do balanço social.

3.8. RECURSOS FINANCEIROS

O orçamento global aprovado para o ano de 2016 ascendeu a M€ 3.899, o qual foi objeto de “cativações” em cumprimento das disposições constantes da Lei do OE e DLEO, pelo que o orçamento corrigido se fixou nos M€ 2.970, o que representou uma redução de 24% face ao orçamento inicialmente previsto (-21% no orçamento de funcionamento geral e -34% no orçamento da cooperação).

Quadro 4. Recursos Financeiros em 2016

	Orçamento aprovado	Orçamento Corrigido	Execução	
Orçamento de Funcionamento - Geral	€ 2.980.925	€ 2.361.061	€ 2.288.416	96,9%
Orçamento de Funcionamento - Cooperação	€ 918.329	€ 609.755	€ 574.055	94,1%
Total	€ 3.899.254	€ 2.970.816	2.862.471	96,4%

Relativamente ao orçamento de funcionamento, o executado ascendeu a M€ 2.288, salientando-se o peso das despesas com o pessoal (82%), seguido de aquisição de bens e serviços (15%) e Investimento (3%).

Do orçamento de cooperação, foram executados m€ 574, dos quais 73% relativos a despesas com o pessoal e 24% referentes à aquisição de bens e serviços, maioritariamente relativos a deslocações e estadas.

As taxas de execução dos orçamentos de funcionamento geral e cooperação em 2016 foram de 96,9% e 94,1%, respetivamente, acima da execução homóloga de 82,1% e de 78,4% em 2015.

Gráfico 8. Evolução do Orçamento do GPEARI – Funcionamento Geral por rubricas

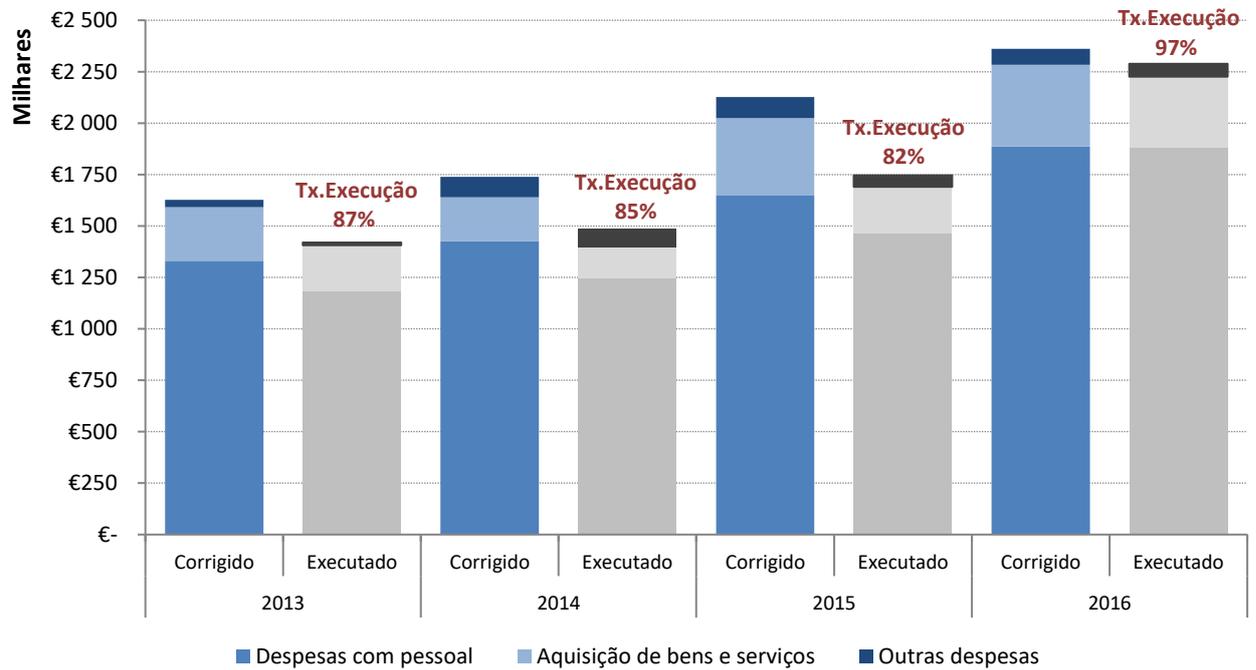
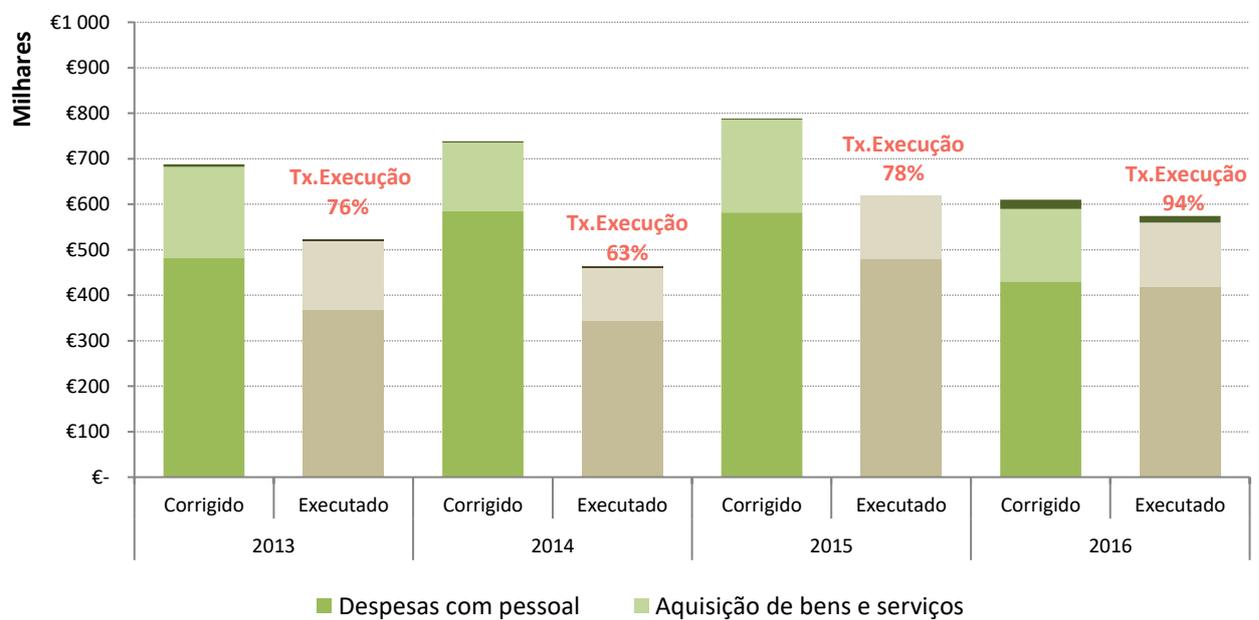


Gráfico 9. Evolução do Orçamento do GPEARI – Funcionamento Cooperação por rubricas



O Orçamento do GPEARI a partir de 2013 iniciou uma tendência crescente, principalmente impulsionada pelo orçamento de funcionamento geral, sendo que em 2015 se registou um aumento de 18% face ao orçamento total do GPEARI de 2014, mantendo-se estável em 2016.

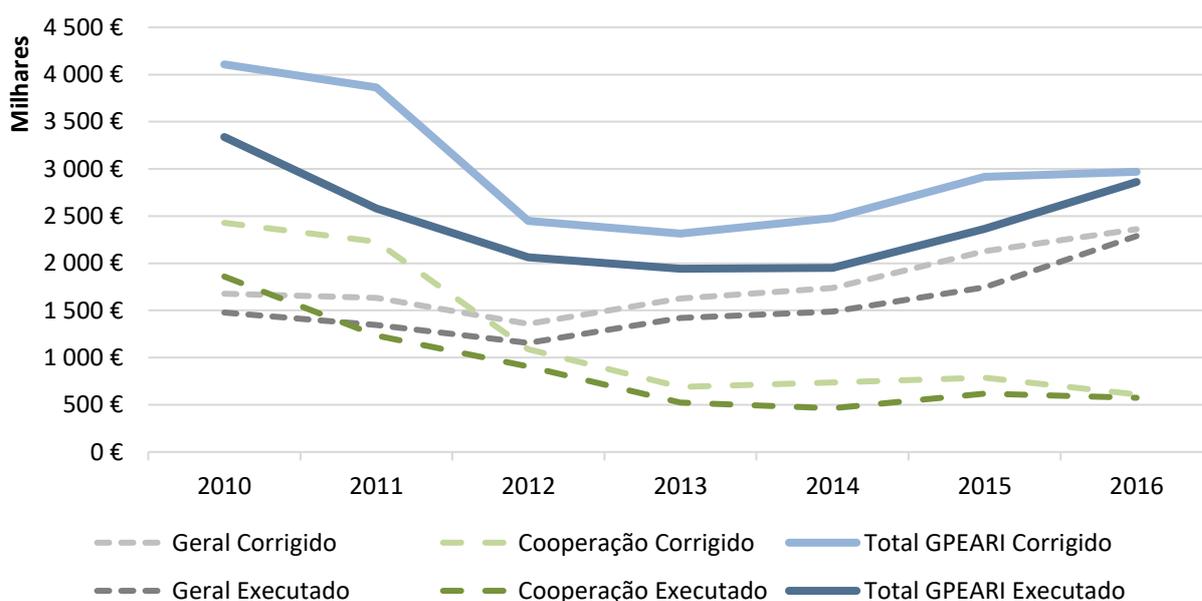
Quadro 5. Evolução do Orçamento do GPEARI

(Em euros)

	2013		2014		2015		2016	
	Corrigido	Executado	Corrigido	Executado	Corrigido	Executado	Corrigido	Executado
Funcionamento - Geral	€ 1.626.600	€ 1.419.756	€ 1.739.677	€ 1.486.555	€ 2.127.179	€ 1.746.159	€ 2.361.061	€ 2.288.416
Funcionamento - Cooperação	€ 687.911	€ 522.216	€ 738.223	€ 463.313	€ 788.191	€ 618.196	€ 609.755	€ 574.055
TOTAL	€ 2.314.511	€ 1.941.972	€ 2.477.900	€ 1.949.868	€ 2.915.370	€ 2.364.355	€ 2.970.816	€ 2.862.471

A evolução, a partir de 2010, do orçamento do GPEARI mostra que, depois de um decréscimo de 41,8% no orçamento executado pelo GPEARI entre 2010 e 2013 (-22,7% em 2011, -20,1% em 2012 e -5,8 em 2013), assiste-se a uma lógica de recuperação dos valores anuais executados (0,4% em 2014, 21,7% em 2015 e 21,1% em 2016). Importa registar que, não obstante a tendência crescente dos últimos anos, o valor executado do orçamento de 2016 é 14,2% inferior ao valor executado em 2010.

Gráfico 10. Evolução do Orçamento corrigido e executado do GPEARI



3.9. MENÇÃO PROPOSTA RESULTANTE DA AUTOAVALIAÇÃO

O GPEARi para o ano de 2016 comprometeu-se a desenvolver e implementar um conjunto de oito objetivos operacionais, que materializam a estratégia do Gabinete e traduzem as suas prioridades de atuação. Destes objetivos, um diz respeito ao parâmetro da qualidade, dois de eficiência e cinco de eficácia. Estes dois últimos parâmetros foram superados e o de qualidade foi atingido.

Foram superados quatro objetivos e atingidos outros quatro, tendo o GPEARi alcançado um resultado global cerca de 10 p.p. acima do planeado (taxa de realização do QUAR de 109,6%, ligeiramente acima do resultado alcançado nos últimos 2 anos), o que reflete o esforço crescente na prossecução dos objetivos propostos, embora num contexto de grande exigência, designadamente pelas novas atribuições que lhe foram cometidas, pela manifesta exiguidade dos recursos orçamentais disponíveis e pela contínua dificuldade em recrutar recursos humanos com as competências necessárias à exigência as funções a desempenhar.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, e atendendo aos resultados apresentados propõe-se que **a menção a atribuir como resultado da autoavaliação do desempenho seja de “Desempenho Bom”**.

4. PERSPETIVA DE GÉNERO

A Resolução de Conselho de Ministros nº 103/2013, de 31 de Dezembro, aprovou o V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017. Este documento representa o compromisso do Governo com a definição e execução de políticas públicas que promovam a cidadania, a igualdade de género e a não discriminação em função da orientação sexual.

Ao longo de 2016, o GPEARI coordenou e participou na execução das oito medidas previstas no Plano para a Igualdade do MF, cinco das quais com correspondência direta com medidas previstas no V PNI.

Neste contexto, o GPEARI reuniu com outros organismos do MF no sentido de fomentar e prestar apoio na implementação da Medida 7 do V PNI – *Assegurar, a nível institucional, a adoção de uma política comunicacional não discriminatória em função do sexo e promotora da igualdade de género no MF.*

Ainda no âmbito da Medida 7 do V PNI, à semelhança do realizado em 2015, foi dada continuidade à introdução de linguagem inclusiva nos modelos de documentos do GPEARI.

Para além disso, o GPEARI assegurou a representação do MF na totalidade das reuniões da Comissão Interministerial, do Conselho Consultivo e do Grupo de Trabalho do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017.

5. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, no seu artigo 40º veio impor a obrigatoriedade de integrar nos planos e relatórios de atividades anuais um capítulo sobre as medidas de modernização administrativa a desenvolver, nomeadamente relativas à desburocratização, qualidade e inovação, bem como de avaliar a sua aplicação em cada ano e a previsão das poupanças associadas a tais medidas.

O GPEARI tem vindo a desenvolver esforços neste âmbito, no sentido da adoção de novas funcionalidades ao nível do planeamento e da gestão documental, designadamente, na potenciação das funcionalidades do sistema de gestão documental que vem permitindo a desmaterialização de alguns procedimentos, garantindo a rastreabilidade da documentação.

Ainda durante o ano de 2016 foram iniciados os procedimentos, em colaboração com a Secretaria-Geral, no sentido de evitar a geração de documentos em papel considerados acessórios ao tratamento dos processos, nomeadamente no que diz respeito aos processos partilhados. Esta medida terá verdadeiro impacto no ano de 2017, contudo, foram já dados passos nesse sentido ainda em 2016.

Foram iniciados os trabalhos para o desenvolvimento e implementação de um Manual de Procedimentos Internos que permitirá a reengenharia de processos, nomeadamente por via da eliminação de atividades redundantes e maior controlo e acompanhamento dos processos críticos da atividade do GPEARI. A poupança estimada decorrerá dos aumentos de eficiência e produtividade daí resultantes, apenas visíveis nos próximos anos.

6. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010 de 25 de junho, define que deve ser incluído no relatório de atividades uma secção especificamente dedicada à informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional.

No que respeita à atividade do GPEARi durante o ano de 2016 não se verificou qualquer iniciativa de publicidade institucional a registar.

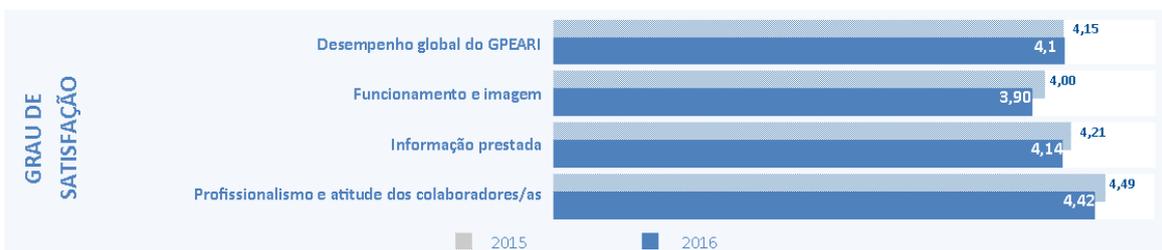
ANEXOS

A1. LISTA DE ACRÓNIMOS

ACC	Acordo de Cooperação Económica e Cambial
ADSE	Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública
aicep Portugal Global	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
ASEM	<i>Asia-Europe Meeting</i>
AWG	Grupo de Trabalho sobre o Envelhecimento da População
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BAoD	Banco Asiático de Desenvolvimento
BCE	Banco Central Europeu
BEI	Banco Europeu de Investimento
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BID	Banco Inter-Americano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BMEP	Boletim Mensal de Economia Portuguesa
CA	Conselho de Administração
CAF	Corporação Andina de Fomento
CCAS	Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços
CE	Comissão Europeia
CEB	Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa
CEF	Comité Económico e Financeiro
CG	Conselho de Governadores
CIAE	Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus
CIG	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CIPE	Comissão Interministerial de Política Externa
CNDH	Comissão Nacional de Direitos Humanos
CPE	Comité de Política Económica
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
EBC	European Banking Committee
ECOFIN	Conselho de Ministros para as Questões Económicas e Financeiras
EFTA	<i>European Free Trade Association</i>
EGBPI	Commission Expert Group on Banking, Payments and Insurance
EGDMI	Commission Expert Group on Derivatives and Market Infrastructure
EGESC	Commission Expert Group of the European Securities Committee
EGMC	Commission Expert Group on Mortgage Credit
EGRFS	Expert Group on Retail Financial
EIOPC	European Insurance and Occupational Pensions Committee
ESC	European Securities Committee

ESM	European Stability Mechanism
eSPap	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
EWG	Eurogroup Working Group
FEEF	Facilidade Europeia de Estabilidade Financeira
FGP	Fórum Global para a Produtividade
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAFI	Grupo de Ação Financeira Internacional
GEE	Gabinete de Estratégias e Estudos do Ministério da Economia
GT	Grupo de trabalho
GT CS Saúde	Grupo de Trabalho da Conta Satélite da Saúde
GT FUESEN	Grupo de trabalho para a constituição de um ficheiro único de unidades estatísticas do Sistema Estatístico Nacional
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
IFEI	Instituições Financeiras Europeias Internacionais
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
INE	Instituto Nacional de Estatística
LIME	<i>Lisbon Methodology Working Group</i>
MAMMF	Mecanismo de Acompanhamento do mercado das multilaterais financeiras
MEE	Mecanismo Europeu de Estabilidade
MF	Ministério das Finanças
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PC	Payments Committee
PDE	Procedimento por Défices Excessivos
PEC	Programa de Estabilidade e Crescimento
PICAT	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica
PICATFin	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas
PNI	Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
REPER	Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
SCIMF	Sub-Committee on IMF Issues
SGMF	Secretaria-Geral do Ministério das Finanças
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SOLVIT	Rede de Resolução de Problemas do Mercado Interno
TFCA	Task Force on Coordinated Action
TFUE	Tratado de Funcionamento da União Europeia
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia

A2. RESULTADOS SINTÉTICOS DOS QUESTIONÁRIOS DE SATISFAÇÃO – UTILIZADORES, GABINETES E COLABORADORES



QUESTÕES COM MAIOR E MENOR PONTUAÇÃO

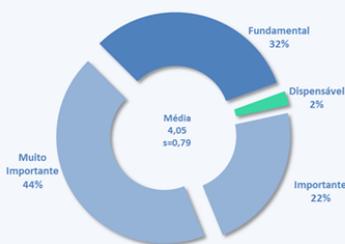


- + CORTESIA DOS COLABORADORES
- + COMPETÊNCIA TÉCNICA DOS/AS COLABORADORES/AS
- + QUALIDADE DA INFORMAÇÃO PRESTADA
- + DISPONIBILIDADE DOS/AS COLABORADORES PARA RESOLVER SITUAÇÕES IMPREVISTAS
- + CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO PRESTADA COM O SOLICITADO

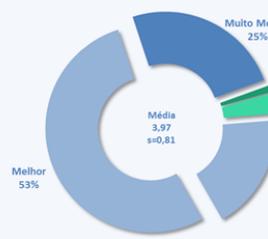


- FLEXIBILIDADE E AUTONOMIA ATRIBUÍDA AOS/AS COLABORADORES/AS PARA RESOLVER SITUAÇÕES DE RESPOSTA URGENTE
- RECETIVIDADE A COMENTÁRIOS, SUGESTÕES E CRÍTICAS CONSTRUTIVAS
- COMPARAÇÃO COM OUTROS ORGANISMOS PÚBLICOS
- TEMPO TOTAL DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES
- MELHORIAS IMPLEMENTADAS RECENTEMENTE NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

IMPACTO DO SERVIÇO/INFORMAÇÃO PRESTADA



COMPARADO COM OUTROS ORGANISMOS PÚBLICOS



SUGESTÕES/COMENTÁRIOS

Melhor personalização interlocutores

Demonstram dinamismo na resposta

Intervir na melhoria dos instrumentos de gestão

Deveria promover a elaboração de outros documentos técnicos

Autonomia para aprovar Planos e Relatórios de Atividades

Potenciar posição agregadora de estratégia no MF

Antecipar pedidos de contributos

Atitude construtiva e profissional

SATISFAÇÃO DOS GABINETES





SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES/AS 2016

SÍNTESE DA ANÁLISE DOS RESULTADOS

31 | MARÇO | 2017
FONTE: Questionário 18.01.2017



QUESTÕES COM MAIOR E MENOR PONTUAÇÃO



- + A EQUIPA ONDE ESTÁ INSERIDO/A
- + O SEU CONTRIBUTO NA PROSSECUÇÃO DA MISSÃO DO GPEARi
- + A COMUNICAÇÃO COM O/A DIRIGENTE INTERMÉDIO/A DA EQUIPA ONDE ESTÁ INSERIDO
- + A IGUALDADE DE TRATAMENTO NO GPEARi
- + O AMBIENTE DE TRABALHO



- AS AÇÕES DE FORMAÇÃO REALIZADAS ATÉ AO PRESENTE
- A PROMOÇÃO DA MUDANÇA E A MODERNIZAÇÃO NO GPEARi
- A POLÍTICA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
- CONDIÇÕES DE HIGIENE
- APTIDÃO DOS DIRIGENTES SUPERIORES PARA CONDUZIR O GPEARi

SATISFAÇÃO COM ÁREAS DE APOIO



SUGESTÕES/COMENTÁRIOS

Distanciamento da Direção Superior

Recursos TIC e instalações

Fraca implementação de iniciativas de melhoria

Limpeza das instalações e WC

Melhorar a participação técnica nas reuniões

Perda de competências do GPEARi

Estratégia, Objetivos e SIADAP

Resistência à mudança

Antecipação de ajudas de custo

Departamentos sem secretariado

Motivação e valorização de RH

Bom ambiente de trabalho

Formação

Melhorar atendimento telefónico

A3. EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES POR UNIDADE ORGÂNICA

DAEP | DEPARTAMENTO DE ANÁLISE, ESTUDOS E PREVISÃO

Quadro 6. Atividades do Departamento de Análise, Estudos e Previsão

ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO DAEP

Coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal

Documento de Estratégia Orçamental, Relatório do Orçamento do Estado, Grandes Opções do Plano, Plano Nacional de Reformas, Conta Geral do Estado

Conjuntura económica nacional e internacional

Missões da Troika (C.E, BCE e FMI), OCDE, FMI, Agências de Rating, Banco de Portugal

Grupos de Trabalho da Comissão Europeia: *Economic Forecasts*, *Output Gaps*, LIME

Para o DAEP foram definidos, para 2016, sete objetivos que se traduziram em nove indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma **taxa de execução do plano de 100%**, **executando mais 5,6% de atividades extra-plano**, com os seguintes resultados nos indicadores de desempenho:

- Seis indicadores superados (67%);
- Três indicadores atingidos (33%)
- Sem indicadores não atingidos (0%)

Na tabela seguinte são identificados os objetivos e respetivos indicadores bem como as metas, resultados e justificação dos desvios:

Execução das Atividades DAEP 2016																							
Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Resultado	Tx. Execução		Peso relativo indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	Observações/Justificações	Atividades											
OO1	Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	11	Nº de documentos de política económica elaborados em colaboração	[7;11]	35%	12	100%	✓	14,0%	14,0%	0%	Execução dentro do previsto.	Elaboração de contributos para o Documento de Estratégia Orçamental, Grandes Opções do Plano, Orçamento do Estado, Conta Geral do Estado, Plano Nacional de Reformas Elaborar documentos técnicos de suporte a decisões em matéria de políticas económico-financeiras										
												12	Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	[16;24]	35%	28	117%	✓	14,0%	14,0%	2,3%	Execução ligeiramente acima do previsto.	Elaboração de documentos de análise económica, de acordo com solicitações superiores ou por <i>motu proprio</i> . Elaboração de estudos e documentos de trabalho.
												13	Número de reuniões asseguradas	[25;35]	30%	33	100%	✓	12,0%	12,0%	0%	Execução ligeiramente acima do previsto.	Preparar e participar em reuniões no âmbito da Troika, Artigo IV do FMI, Agências rating e Banco de Portugal Preparar e participar em reuniões no âmbito do Conselho Económico e Social e do CSE do INE (Secções Permanentes, GT Macroeconómicas, GT FUESEN)
OO2	Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económico-Financeiras)	5%	14	Número de reuniões asseguradas	[5;9]	100%	11	122%	✓	5,0%	5,0%	1,1%	Foram garantidas mais reuniões do que o previsto, designadamente relativas ao Output Gap.	Preparar e representar o MF nas reuniões dos grupos de trabalho do CPE: output gap, LIME, previsões económicas									
OO3	Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE	5%	15	Número de reuniões asseguradas	[4;6]	100%	5	100%	✓	5,0%	5,0%	0%	Execução dentro do previsto.	Preparar reuniões da OCDE (Comité de Política Económica, Country Review, GT Nº1, GT Previsões Curto prazo) Forum da Produtividade									
OO4	Garantir a disponibilização de informação estatística, macro-financeira e orçamental	15%	16	Nº de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	[340;360]	100%	383	106%	✓	15,0%	15,0%	1,0%	Foram elaborados mais publicações do que as previstas.	Elaborar a síntese diária de Indicadores de Conjuntura, Notas sobre Comércio Externo, Previsões das Instituições, Empréstimos e taxas de juro, nota económica de curto prazo e síntese de indicadores interna; Elaborar, em colaboração, o BMEP, o dossier de Indicadores Conjuntura e o Portugal Latest Key Development;									
OO5	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	25%	17	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%;98,5%]	100%	100,00%	102%	✓	25,0%	25,0%	0,4%	Todas as solicitações foram respondidas dentro do prazo.										
OO6	Promover o aumento das qualificações dos trabalhadores	5%	18	% de colaboradores que frequentam ações de formação	[60%;70%]	100%	80,00%	114%	✓	5,0%	5,0%	0,7%	Todos os colaboradores (5) frequentaram ações de formação.	Dar execução ao Plano de Formação									
OO7	Melhorar a projecção externa do GPEARI	5%	19	Grau de satisfação dos utilizadores do DAEP	[4,0;4,2]	100%	4,3	102%	✓	5,0%	5,0%	0,1%	Taxa de resposta: 6% Universo: 181 Resultados: 2016: 4,29										
Taxa de Execução Global									100,0%	5,6%													

DPFP | DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E FINANÇAS PÚBLICAS

Quadro 7. Atividades do Departamento de Políticas e Finanças Públicas

ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO DPFP

Coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal

Documento de Estratégia Orçamental, Relatório do Orçamento do Estado, Grandes Opções do Plano, Plano Nacional de Reformas, Conta Geral do Estado

Conjuntura económica nacional, Finanças Públicas, Dívida Pública

Missões da Troika (C.E, BCE e FMI), OCDE, Comissão Europeia, FMI, Agências de Rating, Banco de Portugal

Grupos de Trabalho da Comissão Europeia: *Economic Forecasts, Output Gaps, LIME, Ageing Population and Sustainability*

Conselho Económico e Social, Conselho Superior de Estatística e GT C.S. Saúde

Para o DPFP foram definidos, para 2016, seis objetivos que se traduziram em oito indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma **taxa de execução do plano de 99,9%, executando mais 34,1% de atividades extra-plano**, com os seguintes resultados nos indicadores de desempenho:

- Quatro indicadores superados (50%);
- Três indicadores atingidos (37,5%);
- Um indicador não atingido (12,5%)

Na tabela seguinte são identificados os objetivos e respetivos indicadores bem como as metas, resultados e justificação dos desvios:

Execução das Atividades DPFP 2016													
Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Resultado	Tx. Execução	Peso relativo indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	Observações/Justificações	Atividades		
OO1 Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	50%	I1	Nº de documentos de política económica elaborados	[7;11]	35%	21	190,9%	✓	17,5%	17,5%	15,9%	Foram executados os documentos previstos, com exceção dos pedidos diversos do Gabinetes que excederam bastante a revisão inicial.	Elaboração de contributos para o Documento de Estratégia Orçamental, Grandes Opções do Plano, Orçamento do Estado, Conta Geral do Estado, Plano Nacional de Reformas Elaborar documentos técnicos de suporte a decisões em matéria de políticas económico-financeiras
		I2	Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	[16;20]	35%	22	110,0%	✓	17,5%	17,5%	1,8%	Executado dentro do previsto, com uma ligeira superação.	Elaboração de documentos de análise económica, de acordo com solicitações superiores ou por <i>motu proprio</i> . Elaboração de estudos e documentos de trabalho.
		I3	Número de reuniões asseguradas	[17;23]	30%	48	208,7%	✓	15,0%	15,0%	16,3%	As reuniões previstas foram executadas. Surgiram ao longo do ano novos fóruns para acompanhamento, que implicaram a participação em reuniões (+29) - Forecast Meeting, Economic Survey (OCDE), Survey OCDE e Reuniões GTAP	Preparar e participar em reuniões no âmbito da Troika, Grupo Endividamento, Grupo Condições Financeiras para a Internacionalização, Artigo IV do FMI, Agências rating e Banco de Portugal Preparar e participar em reuniões no âmbito do Conselho Económico e Social e do CSE do INE (Secções Permanentes, GT Macroeconómicas, GT FUESEN) e do GT C.S. Saúde.
OO2 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económico-Financeiras)	15%	I4	Número de reuniões asseguradas	[5;9]	100%	5	100,0%	✓	15,0%	15,0%	0%	Executado dentro do previsto.	Preparar e representar o MF nas reuniões dos grupos de trabalho do CPE: output gap, LIME, AWG, previsões económicas.
OO3 Garantir a disponibilização de informação estatística, macro-financeira e orçamental	10%	I5	Nº de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	[35;45]	100%	38	100,0%	✓	10,0%	10,0%	0%	Executado dentro do previsto.	Elaborar o Dossier Finanças Públicas; Elaborar, em colaboração, o BMEP, o Dossier de Indicadores Conjuntura e o Portugal Latest Key Development.
OO4 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	15%	I6	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%;98,5%]	100%	99,12%	100,6%	✓	15,0%	15,0%	0,1%	Executado dentro do previsto, com uma ligeira superação.	
OO5 Promover o aumento das qualificações dos trabalhadores	5%	I7	% de colaboradores que frequentam ações de formação	[60%;70%]	100%	66,67%	100,0%	✓	5,0%	5,0%	0%	4 dos 6 colaboradores frequentaram ações de formação	Dar execução ao Plano de Formação.
OO6 Melhorar a projecção externa do GPEARI	5%	I8	Grau de satisfação dos utilizadores do DPFP	[4,0;4,2]	100%	3,9	98%	⚠	5,0%	4,9%	0%	Taxa de resposta: 8% Universo: 106 Resultado: 2016: 3,9	
Taxa de Execução Global									99,9%	34,1%			

Quadro 8. Atividades do Departamento de Mercados, Serviços e Política Legislativa

Áreas de Intervenção do DMSPL

Coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal

ECOFIN, Eurogrupo, CEF, Eurogroup Working Group, CEF Alternates, *Task Force on Coordinated Action*, CPE, Conselho Europeu CIAE, CIPE, CNDH

Comité Serviços Financeiros da UE, Grupo Serviços Financeiros do Conselho da UE, Grupos de Peritos da Comissão Europeia (EGBPI, EGESC, EGMC, EGRFS, EGDMI, etc.), Comités de nível 2 (ESC, EBC, EIOPC, PC), Comité Serviços Financeiros da OCDE

Acompanhamento de iniciativas no âmbito dos mercados e serviços financeiros, nomeadamente quanto à supervisão e regulação de instituições financeiras, infraestruturas de mercado, mercados e instrumentos financeiros, gestores de ativos, serviços financeiros a retalho e pagamentos

Estratégia para o mercado único de bens e serviços, direito das sociedades, fiscalidade e questões aduaneiras, auxílios do Estado

Comité de Política Comercial, questões multilaterais (OMC), questões regionais e bilaterais (Grupo EFTA, Grupo Alargamento, Grupo Balcãs Ocidentais, África Caraíbas e Pacífico, América do Norte, América Latina, Ásia, Mediterrâneo e Médio Oriente)

Contencioso e pré-contencioso da UE, EU-Pilot e Solvit, transposição ou aplicação de legislação na ordem interna, combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e exercício das atribuições de autoridade competente em matéria de medidas restritivas conjuntamente com o organismo designado do MNE, convenções, acordos e protocolos

Para o DMSPL foram definidos, para 2016, cinco objetivos que se traduziram em sete indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma **taxa de execução do plano de 100%, executando mais 11,5% de atividades extra-plano**, com os seguintes resultados nos indicadores de desempenho:

- Quatro indicadores superados (57,1%);
- Três indicadores atingidos (42,9%);
- Sem indicadores não atingidos (0%);

Na tabela seguinte são identificados os objetivos e respetivos indicadores bem como as metas, resultados e justificação dos desvios:

Execução das Atividades DMSPL 2016												
Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Resultado	Tx. Execução	Peso relativo indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	Observações/Justificações	Atividades	
OO1 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Mercado Interno, Política Legislativa Europeia, Política Externa Europeia)	45%	11	Número de reuniões asseguradas em colaboração com outros Departamentos	[60;80]	40%	62	100%	18,0%	18,0%	0%	Executado de acordo com o planeado. * Preparar reuniões do ECOFIN, Eurogrupo, CEF, CEF Alternates, CPE, Conselho Europeu e Briefings às Embaixadas europeias em Lisboa * Preparar e/ou representar o MF nas reuniões da CIAE e CIPE	
		12	Número de reuniões asseguradas pelo Departamento	[205;245]	60%	334	136%	27,0%	27,0%	9,8%	No geral foram garantidas as reuniões previstas, com excepção das reuniões relativas ao grupo de serviços financeiros (+30%), à Comissão BC/FT (+80%) e a outras reuniões nacionais (+60%). * Preparar e/ou representar o MF em reuniões de Grupos de Trabalho e Comitês da UE na área financeira (Task Force on Coordinated Action, Financial Services Committee, L2 Committees, Expert groups, Grupo Serviços Financeiros, workshops de transposição, grupos ad-hoc, etc) * Preparar e/ou representar o MF em reuniões internacionais (ASEM, OMC, TJUE, etc.) * Preparar e/ou representar o MF participar em reuniões nacionais (Comissão BC/FT, CNDH, reuniões MNE e MF)	
OO2 Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE	5%	13	Número de reuniões asseguradas em colaboração com outros Departamentos	[1;3]	20%	1	100%	1,0%	1,0%	0%	Executado de acordo com o planeado. * Preparar Reunião Ministerial, etc	
		14	Número de reuniões asseguradas pelo Departamento	[2;6]	80%	4	100%	4,0%	4,0%	0%	Executado de acordo com o planeado. * Preparar reuniões da OCDE (Comité dos Mercados Financeiros e Advisory Task Force on the Codes)	
OO3 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	40%	15	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%;98,5%]	100%	100%	101%	40,0%	40,0%	0,4%	Executado de ligeiramente acima do planeado. * Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito do Mercado Interno Europeu (estratégia para o mercado interno, mercados e serviços financeiros, direito das sociedades, mercados públicos, fiscalidade, questões aduaneiras, auxílios do Estado, etc.) * Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito da Política Externa Europeia (Comité de Política Comercial, questões multilaterais (OMC), questões regionais e bilaterais (Grupo EFTA, Grupo Alargamento, Grupo Balcãs Ocidentais, ACP, América do Norte, América Latina, Ásia, Mediterrâneo e Médio Oriente), etc.) * Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito da Política Legislativa Europeia (contencioso e pré-contencioso da UE, EU-Pilot e Solvit, transposição ou aplicação da legislação da UE na ordem jurídica interna, sanções financeiras internacionais e combate ao financiamento do terrorismo e branqueamento de capitais, convenções e protocolos, etc.) * Outros trabalhos (Balanço de PT na EU, etc)	
OO4 Promover o aumento das qualificações dos trabalhadores	5%	16	% de colaboradores que frequentam ações de formação	[60%;70%]	100%	85%	121%	5,0%	5,0%	1,0%	11 dos 13 colaboradores frequentaram ações de formação Dar execução ao Plano de Formação	
OO5 Melhorar a projecção externa do GPEARI	5%	17	Grau de satisfação dos utilizadores do DMSPL	[4,0;4,2]	100%	4,4	105%	5,0%	5,0%	0,2%	Taxa de resposta: 17% Universo: 164 Resultados Anteriores: 2015: 4,30 2014: 4,00 2013: 3,96 2012: 4,18	
Taxa de Execução Global									100,0%	11,5%		

Quadro 9. Atividades do Departamento de Política Económica

Áreas de Intervenção do DPE

Coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal

Conselho ECOFIN, Eurogrupo, CEF, Eurogroup Working Group, CEF Alternates, SCIMF, Comité de Política Económica, Conselho Europeu; OCDE

Questões Económico-Financeiras, a nível da política europeia: operacionalização dos requisitos estabelecidos pela nova legislação Europeia - Six-Pack, Two-Pack e Tratado Orçamental; Semestre Europeu, Procedimento por Desequilíbrios Excessivos e Programas de Parceria Económica; Implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento: Procedimentos de Défices Excessivos

Acompanhamento da atividade das Instituições Financeiras Europeias: MEE, FEEF, BEI e CEB

Acompanhamento da atividade de Instituições Internacionais: Fundo Monetário Internacional e os processos conjuntos com o Banco de Portugal

Elaboração de contributos para Balanço da Participação de Portugal na União Europeia

Para o DPE foram definidos, para 2016, seis objetivos que se traduziram em sete indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma **taxa de execução do plano de 100%, executando mais 16,4% de atividades extra-plano**, com os seguintes resultados nos indicadores de desempenho:

- Quatro indicadores superados (57,1%);
- Três indicadores atingidos (42,9%)
- Sem indicadores não atingidos (0%)

Na tabela seguinte são identificados os objetivos e respetivos indicadores bem como as metas, resultados e justificação dos desvios:

Execução das Atividades DPE 2016												
Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Resultado	Tx. Execução	Peso relativo indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	Observações/Justificações	Atividades	
OO1 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económico-Financeiras)	40%	I1	Número de reuniões asseguradas	[100;110]	75%	143	130,0%	30,0%	30,0%	9,0%	Meta ultrapassada por realização excepcional de reuniões devido a: - Situação orçamental de Portugal relativamente ao cumprimento dos requisitos do Pacto de Estabilidade e Crescimento; - Situação da Grécia relativamente ao cumprimento da condicionalidade no âmbito do terceiro programa de ajustamento económico e financeiro; - Brexit.	* Preparar reuniões do ECOFIN, Eurogrupo, CPE, CEF, CEF Alternates, Conselho Europeu e Briefings às Embaixadas europeias em Lisboa *Preparar e participar em reuniões de Grupos de Trabalho do CEF (SCMIF, etc) *ESM BoD, ESM BoG, ESM Liason Committee, ESM outras *Preparar e/ou representar o MF participar em reuniões nacionais (CIAE, etc.)
		I2	Número de reuniões asseguradas em colaboração com outros Departamentos	[10;14]	25%	21	150,0%	10,0%	10,0%	5,0%	Meta ultrapassada devido à participação em reuniões em número superior ao previsto.	*Reuniões do PPS-PPM, Artigo IV do FMI
OO2 Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	10%	I3	Nº de documentos de política económica elaborados	[1;1]	100%	1	100,0%	10,0%	10,0%	0%	Participação nos trabalhos iniciais de elaboração do PNR, uma vez que a atribuição da preparação do relatório passou para o MPI	Coordenação dos trabalhos e elaboração do Programa Nacional de Reformas
OO3 Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE	20%	I4	Número de reuniões asseguradas	[6;10]	100%	11	110,0%	20,0%	20,0%	2,0%	Execução dentro do previsto.	*Preparar reuniões da OCDE (Reunião Ministerial, Comité de Política Económica e Cimeira da Produtividade)
OO4 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	20%	I5	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%;98,5%]	100%	97,52%	100,0%	20,0%	20,0%	0%	Objetivo cumprido no limite inferior do intervalo num contexto de recursos humanos muito limitados para as atribuições do Departamento	* Desenvolver trabalhos relativos à governance do FMI * Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito da Estratégia Europa 2020 * Outros trabalhos (Balanço de PT na EU, Questões relacionadas com o euro, etc) * Responder a questionários OCDE sobre temas específicos e desenvolver outros trabalhos * Outros pedidos
OO5 Promover o aumento das qualificações dos trabalhadores	5%	I6	% de colaboradores que frequentam ações de formação	[60%;70%]	100%	75,00%	107,1%	5,0%	5,0%	0,4%	3 dos 4 colaboradores frequentaram ações de formação	Dar execução ao Plano de Formação
OO6 Melhorar a projecção externa do GPEARI	5%	I7	Grau de satisfação dos utilizadores do DPE	[4,0;4,2]	100%	4,06	100%	5,0%	5,0%	0%	Taxa de resposta: 9% Universo: 90 Resultados Anteriores: 2015: 4,00 2014: 4,00 2013: 3,96 2012: 4,18	
Taxa de Execução Global									100,0%	16,4%		

DCRI | DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Quadro 10. Atividades do Departamento Cooperação e Relações Internacionais

Áreas de Intervenção do DCRI

Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica de âmbito CPLP (PICAT Aduaneiro e PICAT IGF)

Cimeiras Bilaterais/ Encontros de alto nível

Instituições Financeiras Internacionais, designadamente os grupos do Banco Mundial, do Banco Africano de Desenvolvimento, do Banco Asiático de Desenvolvimento e do Banco Interamericano de Desenvolvimento

Corporação Andina de Fomento

Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento

Banco Europeu de Investimento - Mandato Externo (Mediterrâneo, Europa Oriental, Ásia e América Latina, África do Sul); Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e Parceira; Facilidade de Investimento para os países da África, Caraíbas e Pacífico)

Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, Fundo Global para o Ambiente

Fundo Comum de Produtos de Base

Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe

Comissão de Acompanhamento do MAMMF

Facilidade de Investimento para a Vizinhança

Eficiência e Eficácia da Ajuda, Trust Fund bilaterais

African Management Services Company / African Training Management Service

No ano de 2016 para o DCRI foram definidos sete objetivos que se traduziram em nove indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma **taxa de execução das atividades planeadas de 98,3%. Executou ainda 1,2% de atividades extra-plano**, com os seguintes resultados nos indicadores de desempenho:

- Dois indicadores superados (22%);
- Seis indicadores atingidos (67%)
- Um indicador não atingido (11%)

Na tabela seguinte são identificados os objetivos e respetivos indicadores bem como as metas, resultados e justificação dos desvios:

Execução das Atividades DCRI 2016													
Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Resultado	Tx. Execução		Peso relativo indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	Observações/Justificações	Atividades	
OO1 Assegurar a execução dos programas de cooperação e assistência técnica e outros acordos bilaterais	20%	I1	Grau de execução dos PICAT (%)	[85%;95%]	30%	94%	100%	✓	6,0%	6,0%	0%	Das ações previstas no âmbito dos PICAT de âmbito CPLP (Aduaneiro e IGF) apenas não se realizou um dos seminários na área aduaneira devido à fraca adesão dos países; ainda assim foi possível alcançar a meta fixada.	Desenvolver ações no âmbito do papel de coordenador e financiador do PICAT Aduaneiro e o PICAT IGF
		I2	Nº de relatórios de conjuntura macroeconómica elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial	[4;6]	70%	6	100%	✓	14,0%	14,0%	0%	Executado de acordo com o planeado.	Desenvolvimento de trabalhos técnicos ao nível das Unidades de Acompanhamento Macroeconómico do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, em colaboração com o Banco de Portugal.
OO2 Promover iniciativas que contribuam para a internacionalização das empresas portuguesas no âmbito do mercado das multilaterais e para o financiamento da economia nacional	20%	I3	Nº de seminários de divulgação de oportunidades de negócio e missões empresariais organizadas	[8;10]	100%	10	100%	✓	20,0%	20,0%	0%	Executado de acordo com o planeado.	* Organizar <i>Business Opportunities Seminars</i> e missões empresariais : BAFD, BASD, BM, BID, BERD, CAF *Realizar reuniões no âmbito do MAMMF *Fortalecimento da rede de contactos nas IFI *Intervenções e encontros bilaterais com management ou staff do CEB-BEI para promover iniciativas de financiamento da economia portuguesa
OO3 Assegurar a preparação e/ou representação do MF nas reuniões das IFI e em reuniões bilaterais	25%	I4	Percentagem de reuniões multilaterais com representação assegurada	[80;90%]	50%	69%	87%	✗	12,5%	10,8%	0%	O desvio registado ao nível da representação em reuniões multilaterais deveu-se às restrições decorrentes do enquadramento orçamental.	Preparar e participar em reuniões multi laterais: Reuniões Anuais, de Constituição, do CA, de Comités, de Facilidades das seguintes IFIs: BAFD, BASD, BM, BID, BERD, BEI, CAF, FIDA, CPE (Climáticas)
		I5	Percentagem de reuniões bilaterais com representação assegurada	[80;90%]	50%	98%	109%	✓	12,5%	12,5%	1,1%	Ao nível bilateral foi possível assegurar a representação na totalidade de reuniões que foram calendarizadas, na medida em que as mesmas tiveram lugar, sobretudo, em Portugal, não representando custos para o orçamento do GPEARI.	Preparar e participar de reuniões bilaterais: Cimeiras e reuniões de alto nível, reuniões técnicas com PALOP e países terceiros, reuniões nacionais de coordenação interministerial
OO4 Assegurar a divulgação de informação relativa à atividade da área internacional	10%	I6	N.º de Newsletters publicadas	4	100%	4	100%	✓	10,0%	10,0%	0%	Executado de acordo com o planeado.	Elaborar a newsletter da área internacional do GPEARI
OO5 Assegurar a resposta atempada a solicitações	15%	I7	% de solicitações respondidas dentro do	[97,5%;98,5%]	100%	99,32%	101%	✓	15,0%	15,0%	0,1%	Executado de acordo com o planeado.	
OO6 Promover o aumento das qualificações dos trabalhadores	5%	I8	% de colaboradores que frequentam ações de formação	[60%;70%]	100%	66,67%	100%	✓	5,0%	5,0%	0%	6 dos 9 colaboradores frequentaram ações de formação	Executar o Plano de Formação
OO7 Melhorar a projecção externa do GPEARI	5%	I9	Grau de satisfação dos utilizadores do DCRI	[4,0;4,2]	100%	4,02	100%	✓	5,0%	5,0%	0%	Taxa de resposta: 34% Universo: 74 Resultados Anteriores: 2015: 4,30 2014: 4,10 2013: 3,97 2012: 4,31	
Taxa de Execução Global									98,3%	1,2%			

DADO | DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Quadro 11. Atividades do Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Organizacional

Áreas de Intervenção do DADO

Criação e difusão de instrumentos de planeamento, programação financeira e de avaliação de políticas e programas do Ministério das Finanças

Monitorização e avaliação de políticas públicas e programas do MF

Avaliação do Desempenho dos Organismos do Ministério das Finanças

Participação no Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços e Grupo de Trabalho do CCAS

Coordenação do processo de planeamento do GPEARI

Coordenação no MF da Política para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação

Monitorização e acompanhamento do Programa “Pagar a Tempo e Horas”

Gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, em articulação com a Secretaria-Geral, no âmbito dos serviços partilhados

Gestão das Tecnologias de Informação e Comunicação, parque informático e Sistema de Gestão Documental

Para o ano de 2016 o DADO comprometeu-se com dez objetivos que se traduziram em doze indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma **taxa de execução do plano de 100%, tendo executado mais 1,9%** de atividades extra-plano, com os seguintes resultados nos indicadores de desempenho:

- Dois indicadores superados (17%);
- Oito indicadores atingidos (75%)
- Um indicador não executado (8,3%)⁶

Na tabela seguinte são identificados os objetivos e respetivos indicadores bem como as metas, resultados e justificação dos desvios:

⁶ O Indicador 9 - *Prazo para lançamento da nova identidade corporativa do GPEARI*, do Objetivo 7 - *Coordenar a (Re)Construção da identidade corporativa do GPEARI*, não regista qualquer execução pelo facto de terem sido aplicadas restrições orçamentais ao GPEARI, que impossibilitaram a contratação planeada para a efetivação do projeto de (re)construção da identidade corporativa do GPEARI.

Execução das Atividades DADO 2016												
Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta 2016	Peso do Indicador	Resultado	Tx. Execução	Peso relativo indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	Observações/Justificações	Atividades	
OO.01 Assegurar a implementação do SIADAP 1 nos Serviços do MF e fomentar a harmonização de metodologias e procedimentos entre os vários Ministérios	25%	I01	Prazo de validação dos QUAR 2016 dos serviços	[8;12]	40%	11,5	100%	10,0%	10,0%	0%	Foram analisados os QUAR das entidades do MF (8). O QUAR do INA foi submetido diretamente à Tutela.	*Apoiar a identificação dos indicadores do desempenho e os mecanismos de operacionalização dos parâmetros de avaliação - eficácia, eficiência e qualidade *Validar os objetivos, indicadores e metas constantes dos QUAR dos serviços do MF
		I02	Prazo para emissão de pareceres com análise crítica das autoavaliações	[20;30]	40%	21,3	100%	10,0%	10,0%	0%	Foram analisados os RA2015 das entidades do MF (8). A DGTf ainda não submeteu para apreciação o RA 2015.	*Elaborar pareceres com análise crítica das autoavaliações constantes dos relatórios de atividades elaborados pelos serviços do MF
		I03	Nº documentos técnicos elaborados, reuniões preparadas, no âmbito do GT CCAS, Relatório de análise comparada e relatórios de monitorização intercalar	[3;5]	20%	4	100%	5,0%	5,0%	0%	Foram elaborados os documentos previstos. O Relatório de Análise Comparada não foi dado por concluído uma vez que falta a homologação de um RA pela Tutela.	*Elaborar propostas de melhoria da aplicação do SIADAP 1 *Preparar e presidir às reuniões do GT CCAS *Monitorizar a execução dos QUAR dos serviços do MF *Elaborar Relatório de Análise Comparada do desempenho de todos os serviços do ministério
OO.02 Coordenar o processo de planeamento do GPEARI	5%	I04	Nº documentos e relatórios elaborados	[4;6]	100%	6	100%	5,0%	5,0%	0%	Foram elaborados os documentos previstos.	*Elaborar o QUAR, o Plano de Atividades e o Relatório de Atividades *Monitorizar o QUAR e o PA
OO.03 Assegurar a coordenação da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas	5%	I05	Nº documentos elaborados	[2;4]	100%	3	100%	5,0%	5,0%	0%	Foi elaborado o relatório relativo aos PMP do 2.º trimestre e foram publicados os PMP a 30 de abril e 30 de setembro.	*Elaborar relatórios de monitorização *Coordenar a publicitação dos prazos médios de pagamento
OO.04 Assegurar a implementação da política de Igualdade de Género no MF	5%	I06	Nº de reuniões preparadas e documentos elaborados	[3;6]	100%	8	133%	5,0%	5,0%	1,7%	As reuniões realizadas estão dentro do previsto, nomeadamente, as convocadas pela CIG (duas reuniões do Conselho Consultivo, duas reuniões do GT V PNI). Foi ainda realizada uma reunião para implementação do Plano para a Igualdade de Género do MF com serviços do Ministério.	*Participar nas reuniões do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, da Comissão interministerial da CIG e do Grupo de Trabalho do V PNI *Coordenar a implementação do Plano para a Igualdade de Género do MF
OO.05 Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC	25%	I07	Grau de satisfação dos utilizadores internos da DSIR	[3,6;4,0]	100%	3,82	100%	25,0%	25,0%	0%	O grau de satisfação dos clientes (internos) com os serviços de apoio cumpriu o previsto e evoluiu favoravelmente face a anos anteriores.	*Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC
OO.06 Assegurar a resposta atempada a solicitações internas	5%	I08	Prazo médio de resposta do helpdesk (dias úteis)	[1,3;1,5]	100%	1,386667	100,0%	5,0%	5,0%	0%	Execução dentro do previsto.	*Responder a pedidos do helpdesk (TIC)
OO.07 Coordenar a (Re)Construção da identidade corporativa do GPEARI	15%	I09	Prazo para lançamento da nova identidade corporativa do GPEARI	[300;365]	100%						Devido a constrangimentos orçamentais superiores ao previsto, não foi possível prosseguir com a concretização deste indicador e objetivo.	* Lançamento da página eletrónica * Divulgação do novo logotipo e estacionário
OO.08 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	5%	I10	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%; 98,5%]	100%	98,5%	100%	5,0%	5,0%	0%	Foram respondidos todos os pedidos com data de resposta dentro do previsto, à exceção de 1.	*Responder a pedidos externos que incluam prazo.
OO.09 Promover o aumento das qualificações dos trabalhadores	5%	I11	% de colaboradores que frequentam ações de formação	[60%;70%]	100%	73,3%	105%	5,0%	5,0%	0,2%	11 dos 15 colaboradores do DADO frequentaram ações de formação	*Dar execução ao Plano de Formação
OO.10 Melhorar a projecção externa do GPEARI	5%	I12	Grau de satisfação dos utilizadores do DADO	[4,0;4,2]	100%	4,12	100%	5,0%	5,0%	0%	Taxa de resposta: 48% Universo: 27 Resultados Anteriores: 2015: 4,36 2014: 4,39 2013: 4,32 2012: 4,06	*Elaborar, aplicar e tratar questionários
Taxa de Execução Global								100,0%	1,9%			

TASK FORCE PPS-PPM | EQUIPA DE ACOMPANHAMENTO DO PPS-PPM

Quadro 12. Atividades no âmbito da Task Force PPS-PPM

Áreas de Intervenção da Task Force PPS - PPM

Coordenação e acompanhamento das missões do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal

Para o ano de 2016 a Task Force PPS-PPM comprometeu-se com dois objetivos que se traduziram em quatro indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma **taxa de execução do plano de 100%, tendo executado mais 22,2% de atividades extra-plano**, com os seguintes resultados nos indicadores de desempenho:

- Dois indicadores superados (50%);
- Dois indicadores atingidos (50%)
- Sem indicadores não atingidos (0%)

Na tabela seguinte são identificados os objetivos e respetivos indicadores bem como as metas, resultados e justificação dos desvios:

Execução das Atividades Task Force 2016													
Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Resultado	Tx. Execução		Peso relativo indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	Observações/Justificações	Atividades	
OO1 Assegurar a disponibilização de informação de reporte no âmbito do Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal	50%	I1	Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	[5;9]	40%	8,0	100%	✓	20,0%	20,0%	0%	Foram realizadas 3 missões: numa delas foi excedido o prazo de entrega, mas nos outros dois o prazo foi banteste inferior, sendo atingido o indicador.	Elaboração de Relatórios de cada Missão do pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal
		I2	Prazo de disponibilização do scoreboard ao Gabinete do Ministro (horas)	[6;8]	60%	7,0	100%	✓	30,0%	30,0%	0%	Os scoreboard de cada missão foram enviados ao Gabinete do Ministro sempre dentro dos prazos previstos.	Elaboração de documento de resumo das diversas reuniões, enviado em Gab. Min no período anterior ao de realização da reunião final
OO2 Coordenar o Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal	50%	I3	Nº de reuniões organizadas	[80;120]	50%	199	166%	✓	25,0%	25,0%	16,5%	A superação deste indicador deve-se a um número de reuniões acima do expectável, tendo ocorrido inclusive uma missão no âmbito do acompanhamento e monitorização do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, prevista para final de 2015 e realizada em janeiro de 2016.	Organização de reuniões com a Troika e com os ministérios/entidades relevantes no âmbito das missões, bem como com estes últimos em termos de monitorização regular dos processos em curso.
		I4	Nº de reportes às instituições internacionais	[155;165]	50%	203	123%	✓	25,0%	25,0%	5,8%	O número de reportes regulares de informação às instituições internacionais foi superior ao previsto, essencialmente devido aos reportes solicitados <i>ad hoc</i> que foram mais do dobro do previsto.	Elaboração de reportes regulares (semanais/mensais/trimestrais/semestrais) de informação à Troika, de acordo com o <i>Agreement on Data Provision</i> , bem como com o progresso dos processos em curso
Taxa de Execução Global									100,0%	22,2%			

A4. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	Não existe departamento de auditoria interna.
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			Código de conduta do GPEARi, março 2010
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?		X		
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			100%.
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			Em 2012: 43%. Em 2013: 53% Em 2014: 77% Em 2015: 89% Em 2016: 84%
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	A especificidade e tecnicidade das funções presentes no GPEARi não se compadecem com sistemas rotativos.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			Estão definidas, mas apenas algumas estão formalizadas.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Embora não formalmente.
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?			X	
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			As aplicações são em regime de serviços partilhados, não sendo geridas diretamente pelo GPEARi.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Existência de <i>passwords</i> e de e certificados de segurança.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i>)?	X			
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			

A5. BALANÇO SOCIAL - QUADRO SÍNTESE DE INDICADORES

Indicador	Unid.	Descrição	2011			2012			2013			2014			2015			2016		
			M	F	TOTAL															
Nível etário	anos	Soma das idades / Total de recursos humanos	37	46	46	46	44	44	46	42	44	45	42	43	41	45	43	45	43	44
Índice de envelhecimento	%	Número de recursos humanos com idade > 55 anos / Total de recursos humanos	12	35	35	35	15	18	35	13	22	32	8	19	20	7	13	20	10	15
Taxa de feminização	%	Total de mulheres / Total de recursos humanos	-	-	-	-	-	59	-	-	59	-	-	56	-	-	55			54
Índice de tecnicidade	%	Número de técnicos superiores / Total de recursos humanos	65	76	76	76	65	66	76	50	61	74	58	65	56	60	58	52	62	57
Índice de enquadramento	%	Número de dirigentes / Total de recursos humanos	12	6	6	6	23	18	6	38	24	11	29	21	28	27	27	32	24	28
Taxa de formação superior	%	(licenciados + mestres + doutoramentos) / Total dos recursos humanos	76	82	82	82	88	84	82	88	85	89	92	91	88	90	89	84	90	87
Antiguidade média na função pública	anos	Soma das antiguidades na função pública / Total de recursos humanos	12	21	21	21	15	16	21	14	17	19	15	17	16	14	15	18	14	16
Índice de admissão	%	Número de admissões / Total de recursos humanos	47	29	29	29	19	18	29	50	41	42	17	28	28	23	25	4	17	11
Índice de saída	%	Número de saídas / Total de recursos humanos	29	35	35	35	27	20	35	58	49	26	17	21	4	10	7	4	21	13
Taxa de absentismo	%	Número de dias de faltas / (Número anual de dias trabalháveis * x Número total de recursos humanos)	3	2	2	2	4	3	2	3	3	0	9	6	0	2	1	1	9	5
Leque salarial	nº	Maior remuneração base / Menor remuneração base	4	3	3	3	4	6	3	4	5	4	3	3	8	4	6	8	4	8

Fonte: Quadros do Balanço Social 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.

A6. MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2016

		2016											
		Orçamento Funcionamento				Orçamento Cooperação				Orçamento Total			
		Inicial	Corrigido	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa Execução
D.01	Despesas com o pessoal	2.453.983	1.885.978	1.880.445	100%	663.511	430.501	418.991	97%	3.117.494	2.316.479	2.299.436	99%
D.01.01	Remunerações certas e permanentes	1.947.830	1.446.080	1.443.213	100%	487.090	322.523	321.805	100%	2.434.920	1.768.603	1.765.018	100%
D.01.01.03	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	1.551.431	1.088.313	1.087.166	100%	384.162	260.850	260.849	100%	1.935.593	1.349.163	1.348.015	100%
D.01.01.06	Pessoal contratado a termo	0	35.195	35.194	100%	0	0	0	n.a.	0	35.195	35.194	100%
D.01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	1.000	623	0	0%	0	0	0	n.a.	1.000	623	0	0%
D.01.01.11	Representação	54.533	51.480	51.480	100%	14.338	8.932	8.216	92%	68.871	60.412	59.695	99%
D.01.01.12	Suplementos e prémios	11.669	18.293	18.077	99%	10.000	1.949	1.949	100%	21.669	20.242	20.026	99%
D.01.01.13	Subsídio de refeição	74.913	46.668	45.827	98%	14.470	8.579	8.579	100%	89.383	55.247	54.406	98%
D.01.01.14.SF.00	Subsídios de férias	127.142	107.612	107.611	100%	32.060	20.313	20.313	100%	159.202	127.925	127.924	100%
D.01.01.14.SN.00	Subsídios de Natal.	127.142	97.896	97.858	100%	32.060	21.900	21.900	100%	159.202	119.796	119.758	100%
D.01.02	Abonos variáveis ou eventuais	41.000	43.108	41.255	96%	34.000	27.677	22.370	81%	75.000	70.785	63.625	90%
D.01.02.02	Horas extraordinárias	0	3.393	2.871	85%	0	0	0	n.a.	0	3.393	2.871	85%
D.01.02.04	Ajudas de custo	40.000	28.089	26.760	95%	23.000	20.119	18.177	90%	63.000	48.208	44.937	93%
D.01.02.12.A0.00	Abonos devidos pela cessação da relação jurídica	1.000	9.710	9.708	100%	1.000	0	0	n.a.	2.000	9.710	9.708	100%
D.01.02.13.A0.00	Outros suplementos e prémios	0	0	0	n.a.	10.000	7.558	4.193	55%	10.000	7.558	4.193	55%
D.01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	0	1.916	1.916	100%	0	0	0	n.a.	0	1.916	1.916	100%
D.01.03	Segurança Social	465.153	396.790	395.976	100%	142.421	80.301	74.816	93%	607.574	477.091	470.792	99%
D.01.03.01.A0.00	Contribuição da Entidade Patronal para a ADSE	0	221	220	100%	0	0	0	n.a.	0	221	220	100%
D.01.03.02	Outros encargos com a saúde	1.000	623	305	49%	500	310	0	0%	1.500	933	305	33%
D.01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	632	2.986	2.986	100%	0	0	0	n.a.	632	2.986	2.986	100%
D.01.03.04	Outras prestações familiares	3.000	5.379	4.917	91%	0	0	0	n.a.	3.000	5.379	4.917	91%
D.01.03.05.A0.A0	Caixa Geral de Aposentações	220.986	167.531	167.524	100%	57.691	61.067	61.060	100%	278.677	228.598	228.584	100%
D.01.03.05.A0.B0	Segurança Social	215.927	147.343	147.335	100%	68.785	14.625	12.993	89%	284.712	161.968	160.328	99%
D.01.03.05.A0.C0	Contributos para a Seg. Social - Outras	23.608	65.309	65.308	100%	15.445	4.299	763	18%	39.053	69.608	66.071	95%
D.01.03.10.P0.00	Parentalidade	0	7.398	7.381	100%	0	0	0	n.a.	0	7.398	7.381	100%
D.02	Aquisição de bens e serviços	446.814	398.019	345.597	87%	234.818	159.254	140.064	88%	681.632	557.273	485.661	87%
D.02.01	Aquisição de bens:	36.902	18.102	13.555	75%	0	0	0	n.a.	36.902	18.102	13.555	75%

		2016											
		Orçamento Funcionamento				Orçamento Cooperação				Orçamento Total			
		Inicial	Corrigido	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa Execução
D.02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	10.000	3.409	3.078	90%	0	0	0	n.a.	10.000	3.409	3.078	90%
D.02.01.04	Limpeza e higiene	1.500	830	637	77%	0	0	0	n.a.	1.500	830	637	77%
D.02.01.05	Alimentação - Refeições confeccionadas	3.690	0	0	n.a.	0	0	0	n.a.	3.690	0	0	n.a.
D.02.01.08	Material de escritório	15.000	8.803	6.187	70%	0	0	0	n.a.	15.000	8.803	6.187	70%
D.02.01.08.A0.00	Material de escritório - Papel	0	0	0	n.a.	0	0	0	n.a.	0	0	0	n.a.
D.02.01.08.C0.00	Material de escritório - Outros	0	0	0	n.a.	0	0	0	n.a.	0	0	0	n.a.
D.02.01.08.A0.09	Material de Escritório - Anos Findos	0	48	47	98%	0	0	0	n.a.	0	48	47	98%
D.02.01.12	Material de transporte - Peças												
D.02.01.14	Outro material - Peças	1.230	50	0	0%	0	0	0	n.a.	1.230	50	0	0%
D.02.01.18	Livros e documentação técnica	1.000	0	0	n.a.	0	0	0	n.a.	1.000	0	0	n.a.
D.02.01.21	Outros bens	4.482	4.962	3.607	73%	0	0	0	n.a.	4.482	4.962	3.607	73%
D.02.02	Aquisição de serviços:	409.912	379.917	332.042	87%	234.818	159.254	140.064	88%	644.730	539.171	472.106	88%
D.02.02.02	Limpeza e higiene	2.050	59	50	85%	0	0	0	n.a.	2.050	59	50	85%
D.02.02.03	Conservação de bens	20.367	3.163	3.038	96%	3.000	0	0	n.a.	23.367	3.163	3.038	96%
D.02.02.06	Locação de material de transporte	17.220	11.106	7.811	70%	0	0	0	n.a.	17.220	11.106	7.811	70%
D.02.02.08	Locação de outros bens	27.660	19.489	19.488	100%	0	0	0	n.a.	27.660	19.489	19.488	100%
D.02.02.09.B0.00	Comunicações fixas de dados												
D.02.02.09.C0.00	Comunicações Fixas de Voz	15.306	2.157	877	41%	0	0	0	n.a.	15.306	2.157	877	41%
D.02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	9.000	7.791	5.067	65%	0	0	0	n.a.	9.000	7.791	5.067	65%
D.02.02.09.F0.00	Outros Serviços de Comunicações	407	1.100	651	59%	0	0	0	n.a.	407	1.100	651	59%
D.02.02.10	Transportes	7.000	3.253	1.675	51%	12.996	0	0	n.a.	19.996	3.253	1.675	51%
D.02.02.11	Representação dos serviços	8.000	4.361	3.825	88%	2.500	0	0	n.a.	10.500	4.361	3.825	88%
D.02.02.12.A0.00	Seguros - Estágios Profissionais na AP	150	145	112	77%	0	0	0	n.a.	150	145	112	77%
D.02.02.12.B0.00	Seguros - Outras	350	168	147	88%	2.000	0	0	n.a.	2.350	168	147	88%
D.02.02.13	Deslocações e estadas	218.627	161.744	133.643	83%	168.591	154.238	135.532	88%	387.218	315.982	269.175	85%
D.02.02.13.A0.09	Deslocações e estadas - Anos findos	0	7.905	7.905	100%	6.142	3.457	3.456	100%	6.142	11.362	11.361	100%
D.02.02.14.B0.00	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria - Outros	0	74.169	74.169	100%	0	0	0	n.a.	0	74.169	74.169	100%
D.02.02.15.A0.00	Formação - tecnologias da informação e comunicação												
D.02.02.15.B0.00	Formação - Outras	20.000	7.098	7.072	100%	10.000	0	0	n.a.	30.000	7.098	7.072	100%
D.02.02.17	Publicidade	0	684	465	68%	0	0	0	n.a.	0	684	465	68%

		2016											
		Orçamento Funcionamento				Orçamento Cooperação				Orçamento Total			
		Inicial	Corrigido	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa Execução
D.02.02.19.A0.00	Assist. Técnica - Equipamento informático (Hardware)	30	338	337	100%	0	0	0	n.a.	30	338	337	100%
D.02.02.19.B0.00	Assist. Técnica - Software Informático	30.423	0	0	n.a.	0	0	0	n.a.	30.423	0	0	n.a.
D.02.02.19.C0.00	Assist. Técnica - Outros	1.268	6	0	0%	0	0	0	n.a.	1.268	6	0	0%
D.02.02.20.A0.00	Outros Trab.Especializ. - Serv. Natureza Informática	24.146	2.633	0	0%	0	0	0	n.a.	24.146	2.633	0	0%
D.02.02.20.B0.00	Outros Trab.Especializ. - Pagamentos à GerAP	1.888	768	768	100%	0	0	0	n.a.	1.888	768	768	100%
D.02.02.20.C0.00	Outros Trab.Especializ. - Outros	0	0	0	n.a.	4.920	0	0	n.a.	4.920	0	0	n.a.
D.02.02.25.B0.00	Preparação e custas judic. DL 224-A/96	1.020	0	0	n.a.	0	0	0	n.a.	1.020	0	0	n.a.
D.02.02.25.E0.00	Outros serviços	5.000	71.780	64.942	90%	24.669	1.559	1.076	69%	29.669	73.339	66.018	90%
D.04	Transferências correntes	0	2.336	2.336	100%	0	0	0	n.a.	0	2.336	2.336	100%
D.04.08	Famílias	0	2.336	2.336	100%	0	0	0	n.a.	0	2.336	2.336	100%
D.04.08.02.A0.00	Estágios Profissionais na AP	0	2.336	2.336	100%	0	0	0	n.a.	0	2.336	2.336	100%
D.06	Outras despesas				n.a.				n.a.	0	0	0	n.a.
D.06.02					n.a.				n.a.	0	0	0	n.a.
D.06.02.03.R0.00	Reserva		0	0	n.a.		0	0	n.a.	0	0	0	n.a.
D.07	Aquisição de bens de capital	80.128	74.728	60.039	80%	20.000	20.000	15.000	75%	100.128	94.728	75.039	79%
D.07.01	Investimentos	80.128	74.728	60.039	80%	20.000	20.000	15.000	75%	100.128	94.728	75.039	79%
D.07.01.03.A0.B0	Edifícios.	0	8.072	8.071	100%	0	0	0	n.a.	0	8.072	8.071	100%
D.07.01.07.A0.A0	Hardware de comunicações												
D.07.01.07.A0.B0	Equipamento de informática - Outros	47.844	18.372	14.796	81%	20.000	20.000	15.000	75%	67.844	38.372	29.796	78%
D.07.01.08.A0.B0	Software informático - Outros	3.000	37.332	27.856	75%	0	0	0	n.a.	3.000	37.332	27.856	75%
D.07.01.09.A0.B0	Equipamento administrativo - Outros	22.802	1.549	0	0%	0	0	0	n.a.	22.802	1.549	0	0%
D.07.01.10.A0.B0	Equipamento básico - Outros	6.482	9.403	9.316	99%	0	0	0	n.a.	6.482	9.403	9.316	99%
	Total	2.980.925	2.361.061	2.288.416	97%	918.329	609.755	574.055	94%	3.899.254	2.970.816	2.862.471	96%

Legenda: n.a. - não aplicável.

(em euros)